



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 29 de novembro e 6 de dezembro de 2021

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.1 - Eleição dos Presidentes de Junta e dos elementos da Assembleia Municipal para:-----

----- 1.1.1 - Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-

----- 1.1.2 - Conselho Municipal de Educação;-----

----- 1.1.3 - Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

----- 1.1.4 - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

----- 1.1.5 - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA);-----

----- 1.1.6 - Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde – ACeS Baixo Vouga;-----

----- 1.2 - Análise e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal, para o mandato de 2021-2025;-----

-----1.3 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2022; -----

-----1.4 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Revogação da deliberação de 17 de agosto de 2021 e celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 212/2021, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- 1.5 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 175/21, celebrado com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- 1.6 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal sobre transferência de competências de ação social para os órgãos intermunicipais, no ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; -----

----- 1.7 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas Áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social – Proposta de alteração; -----

----- 1.8 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Protocolo para Vacinação contra a Gripe Sazonal 2021-2022; -----

----- 1.9 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Pedido de Reconhecimento de Interesse Público (PRIP), ao abrigo do artigo 17.º do Regulamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do PDM de Águeda - Sosoares - Caixilharias e Vidro S.A, instalações em Fermentelos;-

----- 1.10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, de acordo com o artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, Assunção para: -----

----- 1.10.1 - Aquisição de serviços de manutenção para apoio às aplicações GIB, utilizadas no município de Águeda; -----

----- 1.10.2 - Consulta prévia pelo Acordo Quadro da CIRA para aquisição de energia elétrica em mercado liberalizado para as instalações elétricas (BTN, BTE e MT) do Município de Águeda; -----

----- 1.10.3 - Operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da 3.ª fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente Águeda TV, os funcionários da Autarquia e do Centro de Artes desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Ana Rita Antunes Pereira** – PS;-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz** – PS;-----

----- **Cristina Paula Fernandes da Cruz** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa** – PS;-----

----- **Gabriel Duarte Pires** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Abílio Ferreira Gomes da Silva** – PPD/PSD.MPT;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo** – PS;-----
----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio** – PPD/PSD.MPT;-----
----- **Olívia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----
----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----
----- **Gisela Valente Pinheiro** – PPD/PSD.MPT;-----
----- **Isabel Maria Santiago Ferreira** – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- **Albano Marques de Abrantes** – PJ de Aguada de Cima; -----
----- **Nuno Gustavo Pimenta Cardoso** – PUF de Águeda e Borralha; -----
----- **João Marques Pitau** – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----
----- **António de Oliveira Martins** – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
----- **Carlos Miguel Nolasco de Lemos** – PJ de Fermentelos; -----
----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** – PJ de Macinhata do Vouga; -----
----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF de Préstimo e Macieira; -----
----- **Manuel José de Almeida Marques de Campos** – PUF de Recardães e Espinhel; -----
----- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
----- **Luís Filipe Tondela Falcão** – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
----- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira** – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
----- **Luís Herculano Henriques de Pinho** – PS – Vereador; -----
----- **Daniela Alexandra Pereira Herculano** – PS – Vereadora; -----
----- **Antero Ricardo dos Santos Almeida** – CDS – Vereadora; -----

----- Antes de passar à comunicação das ausências, o Senhor Presidente da Assembleia chamou os Deputados **José Carlos Raposo Marques Vidal, Ana Miguel Marques Neves dos Santos e Jorge Miguel dos Santos Melo** para que se desse as suas tomadas de posse, uma vez que os mesmos não estiveram presente na sessão prevista para o efeito.-----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- O Deputado **José Miguel Ramos Tendeiro** comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria **Gabriel Oliveira Marques Arsénio**; a Deputada **Júlia Maria Pinheiro de Melo** comunicou que também não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro**.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência recebida e dirigida à Assembleia Municipal referindo: -----

----- **Ofício da CPCJ.**-----

----- Solicita a designação de um novo membro para substituir a Dra. Marlene Gaio, a qual também comunicou previamente à Mesa que, atendendo às suas novas funções de Vereadora da Câmara Municipal, renunciava ao mandato que lhe tinha sido conferido na CPCJ, e por força disso teria que se proceder à sua substituição.-----

----- Esta substituição irá ser incluída nos pontos da ordem do dia, em Assembleia que se virá a designar.-----

----- **Declaração de interesse apresentada por:** -----

----- **Marlene Domingos Gaio**, Vereadora da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 1, do artigo 3.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, declara que é sócia da sociedade comercial por quotas “WISDOMGARDEN, LDA.”, com sede na Rua das Quintas, na União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, onde também exerce o cargo de gerente. -----

----- Também é gerente da sociedade comercial “Aguesport – Importação e Exportação, Lda,” com sede na Rua da Póvoa, na União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo. -----

----- A gerência que exerce em ambas as sociedades não é remunerada e as referidas sociedades não têm nem nunca tiveram qualquer relação contratual com a Câmara Municipal de Águeda e o exercício destas atividades não se mostra incompatível nem impede o exercício do seu mandato.-----

----- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira**, Vereador da Câmara Municipal de Águeda, ao abrigo do n.º 1, do artigo 3.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, declara que é sócio da empresa “Soproniva - Sociedade de Produção de Aves, Lda,” com sede na Rua de São Pedro, na União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, onde a participação na sociedade não é remunerada e a referida sociedade não tem, nem nunca teve, qualquer relação contratual com a Câmara Municipal de Águeda, pelo que o exercício desta atividade não se mostra incompatível nem impede o exercício do seu mandato.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida**, Presidente da Câmara Municipal de Águeda, declara, ao abrigo do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, que é Administrador da empresa “Calfer -Comércio Aveirense de Ligas de Ferro, S.A.”, empresa especializada na comercialização de produtos siderúrgicos, sita na Estrada Nacional 16, em Cacia, no Concelho de Aveiro, que as suas funções não são remuneradas e que a referida sociedade não tem, nem nunca teve, qualquer relação contratual com a Câmara Municipal de Águeda, pelo que o exercício desta atividade não se mostra incompatível nem impede o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

exercício do seu mandato.-----

----- **José Manuel Marques Oliveira** – apresenta para conhecimento da Mesa da Assembleia Municipal uma reclamação dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, encontrando-se esta na Mesa para consulta, caso os senhores deputados o desejem.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Neste momento de intervenção do público, não se registaram intervenções.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1.1 - Eleição dos Presidentes de Junta e dos elementos da Assembleia Municipal para:**-----

----- **1.1.1 - Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;-**

----- **1.1.2 - Conselho Municipal de Educação;**-----

----- **1.1.3 - Comissão Municipal de Proteção Civil;** -----

----- **1.1.4 - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;**-----

----- **1.1.5 - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA);**-----

----- **1.1.6 - Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde – ACeS Baixo Vouga;**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia comunicou que a Mesa se encontrava disponível para receber as propostas relativamente a cada uma destas eleições, pelo que poderiam apresentar as propostas que tivessem, para depois passar uma à uma à sua votação. -----

----- De seguida foi apresentada à Mesa a proposta dos Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, relativamente a todos os pontos e uma conjunta de todos os grupos Municipais para Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA).-----

----- A proposta relativa ao ponto 1.1 foi lida pelo Senhor Presidente da Assembleia e transcreve-se em seguida: -----

----- “O grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, propõe para representante das Juntas/União de Freguesia da Assembleia Municipal de Águeda **no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses:**-----

----- Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha - Nuno Gustavo Pimenta Cardoso (efetivo);-----

----- Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira - Sérgio Edgar da Costa Neves (suplente).-----

----- O grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, propõe para representante das Juntas/União de Freguesia da Assembleia Municipal de Águeda **no Conselho Municipal de Educação:** -----

----- Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha - Nuno Gustavo Pimenta Cardoso (efetivo); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira - Sérgio Edgar da Costa Neves (suplente).-----

----- O grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, propõe para representante das Juntas/União de Freguesia da Assembleia Municipal de Águeda na **Comissão Municipal de Proteção Civil:** -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga - Luís Filipe Tondela Falcão (efetivo);-----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Fermentelos - Carlos Miguel Nolasco de Lemos (suplente).-----

----- O grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, propõe para representante das Juntas/União de Freguesia da Assembleia Municipal de Águeda na **Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:** -----

-----Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha - Nuno Gustavo Pimenta Cardoso; -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga - Luís Filipe Tondela Falcão;----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga - Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques -----

----- Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira - Sérgio Edgar da Costa Neves;-----

----- Presidente da União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão - António de Oliveira Martins. -----

----- Os grupos Municipais dos Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, do Partido Socialista e do CDS-PP propõe para representantes da Assembleia Municipal de Águeda na **Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro:** -----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – efetivo;-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** – efetivo;-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – efetivo; -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – efetivo;-----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos** – suplente;-----

----- **Gabriel Duarte Pires** – suplente;-----

----- **Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa** –suplente;-----

----- **Júlia Maria Pinheiro Melo** – suplente.-----

----- O grupo Municipal Juntos por Águeda PPD/PSD.MPT, propõe para representante da Assembleia Municipal de Águeda no **Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde – ACeS Baixo Vouga;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga - Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques (efetivo);-----

----- Presidente da União de Freguesia de Recardães e Espinhel - Manuel José de Almeida Marques de Campos (suplente).-----

----- Neste período foram feitas as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

----- “Sou o primeiro a intervir numa Assembleia Municipal, sou também o mais antigo aqui nestas Assembleias, apesar de ainda ser novo, e também sou o Presidente de Junta que estou aqui há mais anos.-----

----- Gostava de falar sobre este ponto porque em doze anos, em três mandatos que já fiz, nunca vi espelhada numa proposta de representantes de presidentes de junta algo tão pouco democrático e algo que ferisse tanto a pluralidade democrática que tem vindo a ser feita por todos os partidos e por esta Assembleia Municipal ao longo dos últimos anos.-----

----- Ao longo dos últimos mandatos, nestas eleições para presidentes de junta de freguesia das diversas comissões, procuramos sempre, e éramos até mais os partidos políticos aqui representados nesta Assembleia Municipal, procuramos sempre que cada partido político tivesse representação e procuramos também que aqueles de nós que tinham mais conhecimento e que se sentissem mais à vontade dentro de cada um desses assuntos, integrassem cada um destes conselhos.-----

----- Enquanto Presidente do CDS – Partido Popular, e depois de ter feito uma reunião de líderes também na Câmara Municipal, disse que todos os partidos deveriam estar representados nestes conselhos municipais, para bem, sobretudo, da democracia e da pluralidade democrática.-----

----- Ora, fiquei a saber agora quem são os representantes e escolha própria do PSD – Juntos, não vejo aqui, nem o meu nome, nem o nome do Paulo Tavares, sendo nós dois dos presidentes de junta que há mais tempo aqui estamos nesta casa, isso não significa que nós saibamos mais do que os outros, não é nada disso, mas vejo aqui, por exemplo, duas comissões que a mim são-me caras, que à a Comissão de Proteção Civil e que é a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, quando, por exemplo, são cinco os presidentes de junta que aqui estão representados e curiosamente, eu, não sei se por não ser do vosso partido, sendo Presidente da segunda maior Freguesia do nosso Concelho com floresta, tendo nós também já uma Unidade Local de Proteção Civil constituída, apenas estando à espera da próxima reunião, de acordo com o Senhor Presidente da Câmara, não vemos a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba aqui representada.-----

----- Não começamos bem, esta proposta fere a democracia, fere a pluralidade democrática



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que tem vindo a ser feita ao longo dos últimos anos, portanto, como é óbvio, o que pedia, não sei se ainda vamos a tempo ou não, era que revíssemos esta proposta, de forma a que a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba, pelo menos, ou na Proteção Civil ou na Defesa da Floresta Contra Incêndios estivesse também ela representada.-----

----- Costumo dizer que a seguir às eleições acabaram-se as guerras, acabaram-se os partidos, nós agora temos que governar, temos que governar aproveitando sobretudo o conhecimento de todos, a mim não fere, por exemplo, que no Conselho dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, e disse isto em reunião de líderes, que o meu colega Pedro Marques, de Macinhata, fruto sobretudo da sua atividade profissional, seja o nosso representante. Agora vejo, por exemplo, na Comissão da Defesa da Floresta Contra Incêndios, pelo menos duas juntas de freguesia que têm muito pouca ou quase nenhuma área florestal, portanto, desculpem, mas, não posso concordar com isto, a minha Freguesia, de certeza, que não concorda com isto, e duvido muito também, que todos nós que aqui estamos na Assembleia Municipal, possamos concordar com isto, para bem da democracia, da pluralidade, portanto pedia, sobretudo aqui ao Grupo Municipal do PSD – Juntos, que tivessem a amabilidade de reverem esta vossa proposta, falem, se for preciso fazemos um pequeno intervalo para falarmos sobre isto, caso queiram, sei que vocês têm a maioria, portanto vocês decidem, agora, nunca foi essa a nossa forma de trabalhar, o antigo PSD que aqui estava e que antigamente também não era Câmara, combatia muitas vezes isto, portanto, da minha parte, o que é que vos posso dizer, espero que revejam, se não revirem, obviamente terei que votar contra, porque acredito que se vocês estivessem no meu lugar, também não votariam a favor a esta proposta.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Venho aqui, não tão admirado como o Pedro Vidal, mas estive cá também doze anos, saí há quatro, e francamente, não me lembro sequer há dois meses atrás, de algum partido aqui pôr em causa os princípios que o Deputado Pedro Vidal pôs, de equilíbrio, de participação, de consensos, sempre houve de substituição dos membros em representação das Assembleias em todo o lado, sempre houve consenso, que me lembre nunca fizemos votação um contra um ou dois contra um.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, e bem, convocou uma reunião de líderes, onde foram abordados alguns destes assuntos, o representante dos Juntos por Águeda – PSD MPT, disse sempre que estava ali só para ouvir, porque não tinha decisão, não tinha havido nenhuma reunião, tal como nós no PS, não tínhamos nenhuma reunião e o próprio CDS iria também trocar informações. Trocamos impressões sobre algumas destas situações e ficou o representante dos Juntos e do PSD de fazer uma reunião comigo e com o Miguel Oliveira, em representação do CDS, a verdade é que não houve reunião nenhuma, isto é, logo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

começamos mal, quando um compromisso assumido em plena reunião com o Senhor Presidente da Assembleia, não foi cumprido pelo Líder Municipal dos Juntos, não havendo reunião para nada, recebi somente um e-mail a solicitar os suplentes para a lista da CIRA, o que tinha sido combinado na própria reunião e a informar que, hoje aqui, apresentariam as suas respostas. Isto é o que se chama desonestidade política, falta de lealdade e falta de cumprimento da palavra numa reunião perante a autoridade máxima deste concelho, Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- Dito isto, o que verificamos é que ainda há pior, aparece um presidente da junta eleito pelo Partido Socialista, numa proposta do PSD- MPT, como poderia ser natural um contacto estabelecido, um acordo, um protocolo, não meus Senhores, através de contactos pessoais com o Senhor Presidente, nunca o esclareceram que era uma lista de cinco, onde só iam quatro PSDs e o Senhor Presidente, ele sempre pensou que nós o iríamos indicar, o que era verdade, iríamos indica-lo sempre para esta comissão, porque ele tem a maior mancha florestal do concelho, nada lhe foi explicado, ele disse e disponibilizou-se, como é natural da sua maneira de se, de estar ao serviço, disponibilizar-se para o serviço daquilo que fosse preciso, daquilo que conseguisse fazer e aparece aqui o PSD, que estranho não lhe tenham dito que os outros quatro eram do PSD, que o CDS ficava de fora, coisa que nunca aconteceu neste Município, estou cá desde 2002.-----

----- É com isto que nós estamos a contar, é com isto que Águeda passa a contar, o PSD que existia até setembro desapareceu, o Movimento Independente Juntos que existia até setembro desapareceu, e agora temos um conjunto de quaisquer pessoas sem princípios, sem lei nem roque, que se admitem só de querermos votar e querermos decidir, os princípios éticos, que antes eram cumpridos por todos até setembro, deixaram de ser cumpridos a partir do momento em que nem sequer nas reuniões cumprem aquilo, nas reuniões que são feitas pelo Senhor Presidente da Assembleia, deixaram de ser os outros consensos que havia, as representações que eram todas por consenso e nós estaríamos perfeitamente nisso, também não foram obtidas aqui ao verificarmos essa resposta, portanto é lógico que perante estas situações o PS poderá, irá votar contra, o que nunca aconteceria numa situação normal.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira - PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhor Deputado, da sua intervenção nada tenho a dizer, à exceção de que nós muitas das vezes para podermos fazer valer aquilo que são as nossas pretensões e as nossas ideias, não precisamos muitas das vezes e adjetivar, no sentido de ferir a honra ou a dignidade dos demais e isso parece-me ser uma coisa transversal a todos nós, poderemos manter sempre a nossa elevação e assim vamos certamente conseguir passar muito mais a nossa mensagem, é aquilo que peço para que de futuro de facto as coisas sejam feitas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma forma mais correta, pelo menos no uso da palavra, porque sempre terão palavra, agora tentar de alguma forma não ferir suscetibilidade de mais ninguém era a única coisa que lhe queria dizer, de resto muito obrigado.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos por Águeda - PPD/PSD.MPT-----

----- “Efetivamente há coisas que não mudam, dia vinte e cinco de novembro, penso que foi na quinta-feira, um e-mail que foi endereçado ao Líder do Grupo Municipal do CDS e do Partido Socialista, onde neste mesmo e-mail, passo a ler, perdoem-me ser um pouco fastidioso, mas vai ter que ser, porque perante aquilo que ouvi aqui, não consigo fazê-lo de outra maneira:-----

-----“*Exmos. muito boa tarde. Após a nossa primeira reunião ficaram pendentes alguns pontos que necessitamos de finalizar para a próxima Assembleia Municipal.*-----

----- *Em relação aos nomes a indicar para a CIRA temos*” depois tínhamos os nomes, estávamos aqui, e no final dos nomes que vieram aqui nesta lista, diz o seguinte: “ *Falta o Partido Socialista indicar os respetivos suplentes, que serão dois do Partido Socialista, tal como falado. As substituições mantém-se o acordo que em caso de falta de um dos elementos será substituído pelo mesmo partido, afinamos a forma de o fazer. Em relação às eleições do presidente de junta, dos elementos da AM pelos diversos órgãos: ponto um - o nosso Grupo Municipal irá apresentar propostas aos mesmos conforme acordado*”. No final tem uma frase, que se calhar ficou truncada no e-mail, não sei, que diz: “ *Aguardo feedback da vossa parte, caso queiram reunir ou discutir algo que considerem pertinente.*” -----

----- Acho que isto é português claro, transparente, portanto, se não entendem, não consigo fazer nada, tenho pena, não vou perder quatro anos a tentar explicar coisas a quem tem uma mente complicada e vê desta forma perversa, sinistra, portanto é a primeira e ultima vez que eu, em nome do Grupo Municipal Juntos- PSD e MPT, respondo a este tipo de provocações, porque estamos a começar, dou o crédito, mas não será assim que iremos continuar, não será assim que iremos trabalhar, nós temos um propósito que é servir Águeda e não servir este tipo de agendas, de alimentar este tipo de coisas que depois crescem de forma descontrolada e que não é manifestamente a nossa praia, porque nós não sabemos ser assim, jamais conseguiremos, porque, sou músico, não temos reportório para isto.-----

----- Este tema para nós está encerrado, porque nós somos diferentes e gostamos de fazer política e fomos avaliados por um júri há muito poucas semanas, e temos uma responsabilidade enorme, e governar vai ocupar a maior parte do nosso tempo, e Águeda merece que consumamos esse tempo em prol dela, e não a alimentar isto.-----

----- Era só a pedido do Senhor Presidente Pedro Vidal, há pouco, se nós tivéssemos que justificar cada não escolha, por cada comissão ou grupo que está ali, teríamos que justificar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aos outros seis elementos das outras seis freguesias que não estão naquela comissão que tem cinco, portanto isto é a democracia a funcionar em pleno, resta-nos votar, estas são as nossas propostas, foram pensadas, são em consciência e não têm nada de mal, nem rigorosamente nada que possam ver aqui, são escolhas e as escolhas são assim, cabe-nos a nós votar, aprovar ou não.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Deputado vou-lhe fazer precisamente o mesmo reparo que fiz ao Senhor Deputado José Vidal, quando utilizamos a palavra, vamos tentar não usar ou adjetivar questões que possam de facto ferir suscetibilidades de cada um do foro pessoal.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----

----- “O CDS apresentou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por meu intermédio, assim como aos líderes dos grupos Municipais, um conjunto de propostas que visavam obter um consenso exatamente para tentar facilitar o máximo possível a vida a todos e evitar discórdias inúteis, a propósito destes assuntos.”-----

----- A proposta estava escrita, estava redigida, o princípio que se aplicaria seria aquele que anunciei que iria defender perante os eleitores, portanto aquilo que fizemos foi cumprir exatamente aquilo que dissemos que iríamos fazer na Assembleia Municipal, defender uma distribuição o mais plural possível da repartição de lugares de representação externa da Assembleia Municipal.-----

----- Apresentei essas propostas, tive sucessivamente reuniões com o Senhor Presidente da Assembleia, com o Senhor Líder do Grupo Municipal do PSD, Humberto Moreira, depois com o Deputado José Marques Vidal, e apresentei-lhes estas propostas dizendo-lhes uma coisa simples, isto pela nossa parte é muito simples, olham para elas, riscam aquelas com que não concordam, confirmam-nos aquelas com que concordam e indicam-nos aquelas com que pretendem discutir, isto para nós sabermos em que pé estamos, e penso que teria sido melhor se tivesse corrido assim, não foi assim que correu.-----

----- Li o e-mail que o Senhor Deputado Humberto Moreira enviou, e o que extraí desse e-mail é que quanto a matérias que já tinham sido tratadas na reunião em que não pude estar, exatamente porque ela foi marcada, por lapso, para um período em que não podia estar, portanto foi em representação do Grupo Municipal, o Presidente de Junta Pedro Vidal, que havia uma série de lugares a acertar. Ora, a comunicação final e daquilo que li, dava-me a entender que o PSD reuniria, faria as suas escolhas, e que elas depois seriam comunicadas, foi isto que entendi, provavelmente entendi mal, mas havia a questão de se aguardar o *feedback*, é verdade, isso estava lá, por isso mesmo contactei o Pedro Vidal para saber para quando estaria marcada a nova reunião, e essa marcação de nova reunião não voltou a acontecer, portanto aquilo que nós tomamos conhecimento foi hoje, por e-mail,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e depois confirmado aqui, foi desta distribuição que foi feita ela toda por um único Grupo Municipal.-----

----- O que é que retiro daqui? Em primeiro lugar, aprendizagem, disponho-me sempre a aprender com quem tem para me ensinar, hoje aprendi muito. Em segundo lugar, um vínculo às nossas convicções e aos nossos valores, nós não estamos de acordo e vamos expressar esse desacordo na forma como vamos votar, mas não nos recusamos de forma nenhuma a dialogar com ninguém em tudo aquilo que respeite ao Município e ao bem estar das nossas populações, portanto, não vai haver nenhuma atitude de afrontamento, de retaliação, de queimar pontos da nossa parte, vai haver é atitude habitual, mantermos a nossa postura.-----

----- No que respeita à Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, nós aprovamos na última Assembleia Municipal, no anterior mandato, um mapa de risco de incêndio do Concelho de Águeda, e é impossível ignorar que a União de Freguesias do Préstimo e Macieira de Alcôba é claramente das Freguesias com maior risco de incêndios, não faz qualquer sentido excluir o Presidente de Junta dessa União de Freguesias da Comissão em questão, na nossa opinião, isto independentemente da escolha estar nas vossas mãos, é esta a nossa opinião, vim aqui dizê-la, atenção, outro entendimento é tão legítimo como este, o nosso entendimento é este, acho que é um entendimento fácil para qualquer pessoa do concelho, mas pode haver outras formas de interpretar, são tão legítimas como esta, e no fundo, o que interessa depois, como dizia alguém, é a maioria, é a maioria que decide.-----

----- Vou só deixar esta mensagem, não me levem a mal, nem todas as pessoas estão em condições de serem magnânimas, isso implica por um lado grandeza e por outro certeza da sua força.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

----- “Depois de tudo aquilo que aqui foi dito, penso que fica claro de que a União de Freguesias da qual sou Presidente, que é aquela que tem a segunda maior área florestal do nosso Concelho, deva estar representada nesta Comissão, pedi que se fizesse intervalo, penso que isto não vai acontecer, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se a apresentação das candidaturas, elas são feitas por lista, mas se depois o resultado é feito por lista ou se é feito pelo método d’Hondt, caso o resultado venha a ser feito pelo método d’Hondt, o Grupo Municipal do CDS irá apresentar também uma proposta para esta Comissão.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

-----”Passo então a responder-lhe, estamos perante uma eleição para representantes para estes determinados organismos e esta eleição é feita com base em propostas, propostas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

essas que de facto qualquer um dos Deputados ou qualquer um dos Grupos Municipais pode apresentar a sua proposta e ela irá a escrutínio, agora, de facto, na minha perceção, aqui não há a aplicação do método d'Hondt, portanto o que existem são propostas e essas propostas são votadas exatamente nos termos em que nos são apresentadas na Mesa, esta é a minha perceção da legalidade, ou seja, elas são apresentadas são votadas, são votadas com os intervenientes, com os proponentes que das mesmas consta, portanto o método d'Hondt aqui não tem aplicação, na minha perspetiva, é o quanto se me oferece dizer à questão que me coloca.-----

----- Assim sendo, terão que decidir se querem ou não apresentar a proposta, se quiserem apresentar a proposta, obviamente, ainda não fechei o período, passamos assim a intervenções sobre o ponto, estão à vontade, até porque é importante depois podermos perceber o que vamos fazer em termos de votação.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----

-----“Senhor Presidente, de facto há alguma confusão em relação à questão de se esta eleição deve ser feita ou não por lista, e no caso de ser, como funciona? Estou de acordo com a sua interpretação, acho que é mesmo assim, também entendo que é possível, apesar de tudo que haja a apresentação de uma lista composta por uma só pessoa, só que isso não faz sentido e portanto o CDS não vai apresentar nenhuma lista alternativa porque estaríamos a negar o princípio que defendemos, e o princípio que defendemos era que se procura-se fazer um consenso entre todas as forças representadas na Assembleia para que estivessem representadas na Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, esta em particular, os presidentes de junta das zonas com maior quantidade de floresta no Concelho, portanto seriam Belazaima, Castanheira e Agadão, Préstimo e Macieira de Alcôba, Valongo do Vouga, Macinhata e uma quinta que deveria ser escolhida de acordo com os critérios que entendessem mais justos, mas estas deviam ficar como é evidente. -----

----- É só para esclarecer que não vamos apresentar obviamente nenhuma lista, entendemos que isto deveria ser feito por consenso, e não sendo, paciência, é a vida.” -----

----- **Jorge Manuel Santos Melo** – PS; -----

----- “Vou procurar ser objetivo, célere, tanto quanto possível.-----

----- O que nasce torto, tarde, mal ou nunca se endireita, penso que estamos a começar mal, penso que isto talvez ainda seja um bocadinho o reflexo dos resultados eleitorais, penso que não é a nossa missão estarmos aqui a medir umbigos, orgulhos e muito menos estarmos aqui a esgrimir algumas escaramuças pessoais. Penso que o tempo, é um tempo de mudança, temos quatro anos de trabalho pela frente e não acredito convictamente que seja este o caminho.-----

----- O grupo do CDS já sugeriu para que os Grupos Municipais pudessem reunir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

novamente, os Líderes dos Grupos pudessem reunir novamente, eventualmente podem ter existido aqui algumas falhas de comunicação, não vou dizer que não, mas só não falha quem não faz, só não falha quem não decide, mas penso que o caminho não é este, penso que ainda vamos a tempo de os Líderes se reunirem, conversarem um pouco e apresentarem uma proposta conjunta para fazermos este caminho de uma forma assertiva e para que dessa forma se defenda, não os interesses pessoais, não os interesses partidários, mas sim aquilo para que fomos eleitos, nós estamos aqui eleitos e não nos confundimos, não nos podemos confundir, estamos aqui eleitos para defender os interesses das pessoas que confiaram em nós através do seu voto, portanto acho que é um dever de todos agirmos aqui com serenidade, com responsabilidade e com assertividade, portanto, aquilo que quero aqui reforçar é que penso que vamos a tempo de resolver, porque não é impasse, porque está aprovado por natureza com a maioria do Partido Social Democrata, mas ainda assim, penso que pode haver aqui diálogo, pode haver aqui um concertação que vá ao encontro dos interesses do Município.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -

----- “Peço desculpa por vir aqui mais uma vez, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, se ainda é possível fazer alteração a esta proposta?-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Presidente, o Presidente da Assembleia Municipal detém, de facto é verdade, está investido numa quantidade de tarefas, entre as quais também se inclui a mediação, mas repare, estar-se a imiscuir, depois naquilo que é a vontade política de cada um dos Grupos, parece-me que vai para além das minhas competências.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira;-

----- “O que lhe perguntei foi, se esta proposta, feita pelo PSD, se ainda é possível que o PSD faça uma nova proposta a esta Assembleia? Ou se pode retirar e apresentar uma nova proposta? Esta foi a minha pergunta.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhor Presidente, o Plenário é soberano quanto à questão da retirada da proposta, à apresentação de nova proposta, portanto a Mesa e o Presidente da Assembleia tem as suas ideias, mas o Plenário é que decide, agora, a questão é saber se existe essa vontade.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira;-

----- “Certo, portanto há essa possibilidade, da parte do CDS-PP, quer eu, quer o meu colega Paulo Tavares, ao longo de todo o tempo que estamos nesta Assembleia, nós nunca votamos contra uma proposta que incluísse colegas presidentes de junta, portanto, se não houver vontade do Partido Social Democrata, de incluir-nos em algumas das vossas comissões, nós iremos retirar da sala, para não votarmos contra propostas com colegas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

presidentes de junta, deixando aqui bem claro que, enquanto Presidente da segunda maior Freguesia do Concelho, em área florestal, deixa-me triste, penso que a população da minha Freguesia também não ficará contente com isto, portanto essa será a nossa posição, caso o PSD venha a manter esta proposta que, na nossa ótica, fere e muito a pluralidade democrática do nosso Concelho.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Deixe-me só ver se entendi bem, portanto o que me diz é que se não houver um reverso desta questão, que o Senhor Presidente de Junta, Pedro Vidal e o Senhor Presidente de Junta Paulo Tavares, se irão ausentar da sala para não votar contra? Foi isso que entendi.”-----

----- O direito que assiste a qualquer um de vós, deputados, presidentes de junta, é o direito de votar favoravelmente, votar contra ou de se abster, portanto, acho que não há necessidade de se ausentarem da sala, até porque, na minha maneira de ver, entendo que, embora fique expresso, e se isso se mantiver da forma como está, fica expresso a vossa perceção desta situação e eventualmente até lerei a vossa lealdade para com os demais presidentes de junta.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;**-----

----- “Sou licenciado em segurança e proteção civil e pós graduado em proteção civil, já fiz parte de algumas comissões municipais na defesa da floresta, estamos a falar de algo que afeta o nosso Concelho, somos a maior área florestal do Distrito de Aveiro e o Préstimo é uma das maiores Freguesias florestais do Concelho, não faz sentido uma comissão municipal não ter o seu Presidente representado, o Presidente de uma das Juntas de Freguesia com maior área florestal.”-----

----- Estamos a falar de vidas, estamos a falar de bens, estamos a falar dos nossos cidadãos, daquilo que conquistam e conquistaram ao longo da sua vida, que poderão perder, se o Presidente da Junta do Préstimo não fizer parte desta Comissão, não saberá qual será o plano que será desenvolvido na defesa da mesma, acho que é importante ele participar.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Senhores Presidentes de Junta, Senhores Deputados, impõe-se colocar a questão de forma muito direta, saber se de facto existe aqui alguma alteração ao que se encontra nesta Mesa, nomeadamente a proposta para as várias Comissões e os Congressos e por aí fora, se alguém entender que pretende fazer alguma alteração, caso contrário, não terei outra alternativa se não colocar à votação, como entenderão”.-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Quer-me parecer que, independentemente, pode até haver algum erro pelos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

argumentos que estão aqui a ser apresentados nesta plateia, contudo, depois de as pessoas estarem convidadas para os lugares, entendo que as propostas não devem ser retiradas, se houver, houver é facto consumado, portanto proponho que se passe à votação.”-----

----- **Jorge Manuel Santos Melo** – PS; -----

----- “Apenas uma pequena apreciação, um ato de inteligência não é nós percebermos que erramos, a inteligência maior é quando nós percebemos que erramos e temos a audácia de corrigir o erro, é de Águeda, das pessoas de Águeda que estamos a falar, não é voltar atrás, voltar à frente, se erramos, temos que corrigir o nosso erro, porque estamos no início, temos quatro anos pela frente, vamos estar quatro anos enganados, quatro anos com comissões que podiam estar a trabalhar de uma forma mais profissional, mais profícua, só porque não podemos voltar atrás ao perceber que nos enganamos, acho que não é este o caminho.”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP; -----

----- “ Não era para intervir neste momento, nem sequer nada disto estava planeado, mas há uma coisa que vos quero dizer, o que noto, como observadora naquele banco, é que neste momento, a própria bancada do PSD está dividida quanto à decisão que tomaram relativamente a este mecanismo de nomeação da comissão, de pelo menos, para a parte das florestas, e o que pergunto é o seguinte, o último argumento que veio aqui ser trazido pelo Senhor Deputado Marques, meu amigo, foi que as pessoas que estavam convidadas, estavam convidadas e agora não iam ser retiradas, mas pergunto eu, e as pessoas que sabem perfeitamente que foram convidadas, mas que de facto, se calhar, não estão em condições sequer de poder virem a prestar um serviço que possa vir a contribuir para uma melhor defesa da floresta, quer ao nível de todo o concelho, mas muito particularmente em relação à nossa maior mancha florestal, que é o Préstimo, pergunto eu, não serão essas mesmas freguesias que deveriam levantar-se e dizer que cederiam o seu lugar? Mas isto fica só por aqui e devo-vos dizer outra coisa, o CDS não está aqui a pedinchar, porque o CDS, a pessoa do Pedro Vidal, não está aqui a pedinchar um lugar para fazer parte da comissão, o Pedro Vidal está aqui porque está desesperado perante uma situação futura, acredito eu, em que as suas freguesias possam vir a ser afetadas, como já o foram, e onde todos vocês, se calhar viram o Pedro Vidal com uma mangueira na mão a combater, porque a casa dele, a casa dos seus amigos todos, dias que ele não foi à cama, ele esteve à frente do fogo, esteve a defender, pergunto, se aqueles que não têm experiência nenhuma do que é uma mancha florestal e a defesa de um incêndio e da criação de um mapa para melhor defenderem a floresta, pergunto, esses que foram convidados e que se calhar não têm experiência nenhuma, nem capacidade nenhuma, não têm vergonha de o assumirem e de baterem o pé e neste momento mudarem a vossa posição? Isto é uma vergonha, isto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está a acontecer aqui é uma vergonha, é demonstração plena do quero, posso e mando, e se é isso que nós vamos ter ao longo destes quatro anos de mandato, meus Senhores, as coisas não vão mesmo correr bem, isto não é uma ameaça, nem posso ameaçar, nós não temos a maioria, mas há muita coisa para ser feita, o nosso Concelho precisa de ser defendido, o nosso Concelho é um daqueles que mais sofre, a nível Nacional, com incêndios, e não são todos aqueles que têm coragem para sair e dar a sua vida e arriscar a sua vida, quer por aquilo que é seu, e por aquilo que é dos outros, e o Pedro Vidal demonstrou ao longo destes anos todos que o conheço, e é lamentável que por algumas conversas que vejo, até pela posição displicente e de desprezo que vejo em alguns Senhores Deputados desta sala, que nem sequer são capazes de me olhar na cara, que apenas se limitam a olhar para o telemóvel a fazer não sei o quê, é uma vergonha que não o assumam e não se façam homens e mulheres e que não venham aqui fazer aquilo que é decente, que era, não é o CDS pedinchar, é o CDS, na pessoa do Presidente Vidal, ficar na posição em que melhor condição tem, melhores condições tem porque conhece a sua terra, conhece as suas Juntas de Freguesia e conhece o Concelho também melhor do que ninguém, não é à toa que ele também é um dos mais antigos que aqui estão. -----

----- Tenho pena, porque é assim, não fui feita para a política, e se estou aqui estou a pedido do Pedro porque o conheço desde pequeno, estou aqui porque ele me pediu, porque não tenho ambições políticas, mas também vos digo, se para mim, que vou começar aqui nestes meandros, se é isto que os Senhores têm todos para me dar de exemplo, vocês não servem para dar exemplos a ninguém.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- “Voltamos, embora perceba as suas palavras, voltamos a cometer um erro, o individualizar e o afrontar pela via direta, vai sempre no mau caminho, Senhora Deputada.”--

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT; -----

----- “Continuo sem perceber tanta celeuma, nós temos onze presidentes de junta, naquela comissão cabem cinco, não é o Pedro, o Senhor Albano, o Senhor Pitau, todos aqueles que lá não estão, teriam justificações para lá estar, todos, uma mancha florestal maior, outra mais pequena, aquilo que os Senhores estão a tentar fazer, é tentar personificar aqui isto quase numa perseguição, numa particularização de que existe aqui algo mais.-----

----- Existe aqui uma lista que foi proposta por um Grupo Municipal em plena democracia de funcionamento, todos somos livres de concordar, de não concordar, transformar isto em algo mais, não nos parece minimamente lógico, portanto, não existe aqui nada mais além do que um assumir de umas listas que foram entregues, estão assumidas, não existe aqui divisão nenhuma, não existe aqui nenhum receio, nem nenhum medo, existe uma lista que o nosso Grupo Municipal submeteu, aprovou internamente, e é esta que nós iremos propor para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

votação, não passa disto.”-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;**-----

----- “Está um ambiente um bocadinho crispado e queria dar aqui alguma pedagogia, embora pense que, algumas pessoas que aqui estão na Assembleia, se tenham esquecido de algumas coisas durante a vida, e então vou aqui só fazer duas ou três anotações.”-----

----- Está nos princípios aqui de um partido que está em maioria aqui nesta casa, neste momento, que é o PSD, *“pluralismo de ideias e correntes políticas cuja garantia da livre expressão constitui pressuposto indispensável ao gozo dos direitos e liberdades fundamentais de todo o cidadão. Princípio democrático como garantia da participação por igual de todos os cidadãos na organização e na escolha dos objetivos do poder da sociedade. O diálogo e a concertação como formas de entendimento e aproximação entre homens livres, assentes na tolerância e visando a procura de um acordo ativo entre interesses divergentes”*, escuso-me de ler o resto, isto é o que está na carta de princípios do PSD, penso que muita gente que está aqui se esqueceu dela, neste momento, portanto apelo, os colegas da minha bancada já apelaram, apelo veementemente às pessoas que possam chegar a acordo, e que possam ter um entendimento, coisa que não tiveram antes, mas apelo que ao menos se lembrem da vossa carta de princípios.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira - PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Senhores Deputados, já houve de facto muitas várias intervenções, todas elas obviamente com o seu interesse e a sua razoabilidade, o que vos quero dizer é que de facto a Mesa começa a verificar que não há alteração aquilo que se mantém, não havendo alteração, não tenho de facto outra alternativa que não avançar para a votação, não tenho outra alternativa, as coisas são assim, e é exatamente isso que se vai passar de seguida, vou ter que submeter à votação, e o que vos queria questionar, antes demais, e sempre no âmbito de tentar correr aqui na maior celeridade possível, é tentar perceber como vamos proceder à votação, portanto, nós temos em bom grado seis votações para efetuar, nós estamos preparados para efetuar a votação, quatro Deputados ou quatro Presidentes de Junta de cada vez, para tentar acelerar, mas ainda assim, a Mesa, conversámos aqui, e gostava de colocar à consideração do Plenário se, eventualmente, poderemos fazer por outra via, que não a deslocação aqui ao local de voto, nomeadamente com a distribuição dos boletins de voto juntos dos senhores deputados, senhores presidentes de junta que fariam o favor então de votar e depois colocar aqui na urna, se entenderem que não é adequado, de acordo quanto a isso, portanto tinha que haver obviamente unanimidade, nessa matéria vamos proceder então à votação ponto por ponto, e antes disso dizer que esta sendo a única proposta, iremos classificá-la de proposta A.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- “Senhor Presidente, ajude-me só, quantas eleições são?”-----
- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----
- “São seis.”-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----
- “Então iria propor, Senhor Presidente, que cada pessoa recebesse três boletins de cada vez, e portanto só seríamos chamados duas vezes para votar, os boletins têm que estar devidamente identificados, naturalmente, se for necessário algum tempo para fazer isso, até nós poderemos ajudar, mas então faríamos apenas duas chamadas e procederíamos à votação apenas com duas chamadas nominais e penso que o processo seria muito mais rápido.”-----
- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----
- “ Senhor Deputado, já agora, prevendo que eventualmente podemos seguir esse caminho, a minha pergunta, dado que os boletins de voto estão todos perfeitamente identificados, quer em termos de manuscrito, quer em termos de cor, a minha pergunta é se aceitando a sugestão do Senhor Deputado Miguel Oliveira, se ainda assim pudéssemos votar depositando na urna todos os votos de uma vez só, em duas votações e depois fazíamos o escrutínio dos primeiros três, e depois o escrutínio dos outros três, de acordo?”--
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----
- “ Até podemos fazer o escrutínio deles todos ao mesmo tempo, se estão perfeitamente identificados.”-----
- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----
- “Faríamos um escrutínio único no final das seis votações?”-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----
- “Exatamente.”-----
- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----
- “Alguém está contra a que se proceda desta forma à votação? Portanto podemos prosseguir os trabalhos da forma como foi sugerida.”-----
- Muito bem, acho que vamos ao encontro da celeridade. Então vamos, seguindo a ordem, a primeira votação, segunda e a terceira será para o Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios, a segunda para o Conselho Nacional da Educação e a terceira para o Comissão Municipal de Proteção Civil.”-----
- De seguida procedeu-se à chamada para votação, bem como ao respetivo escrutínio tendo-se verificado que a Assembleia deliberou:-----
- **1.1.1 - Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;---**
- Proposta aprovada com dezasseis votos a favor, quatro abstenções, um voto nulo e onze votos contra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- 1.1.2 - Conselho Municipal de Educação;-----

----- Proposta aprovada com dezassete votos a favor, três abstenções, um voto nulo e onze votos contra.-----

----- 1.1.3 - Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

----- Proposta aprovada com dezasseis votos a favor, três abstenções, um voto nulo e doze votos contra.-----

----- 1.1.4 - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

----- Proposta aprovada com dezassete votos a favor, três abstenções e doze votos contra.-----

----- 1.1.5 - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA);-----

----- Proposta aprovada com vinte e seis votos a favor, três abstenções, um voto nulo e dois votos contra.-----

----- 1.1.6 - Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde – ACeS Baixo Vouga;-----

----- Proposta aprovada com dezoito votos a favor, três abstenções, um voto nulo e dez votos contra.-----

-----1.2-Análise e votação da proposta Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2021/2025;-----

----- José Filipe de Almeida Pereira - PPD/PSD.MPT;-----

----- “A Mesa procedeu à elaboração de uma proposta de Regimento e em reunião de líderes, essa proposta ainda não se encontrava concluída e por comum acordo com os representantes dos Grupos Municipais presentes, eu mesmo solicitei de que a proposta não seguisse com a convocatória porque de facto empunhasse, até porque aquela reunião, foi para nós Mesa, no sentido de auscultar a sensibilidade dos Grupos Municipais para aquilo que era a proposta inicial da Mesa da Assembleia, e nessa medida, obviamente, atendendo ao dia em que foi efetuada essa reunião, e depois ao prazo limite para o envio da convocatória e dos respetivos documentos, estava de facto muito em cima, era no dia seguinte, solicitei autorização e tive o consenso e o consentimento dos Líderes dos Grupos Municipais presentes, para que fosse enviado em data posterior, o que aconteceu, portanto a Mesa enviou na semana passada, se não me falha a memória, na quinta feira, enviamos a todos os Senhores Deputados e Presidentes de Junta, a proposta, que era a nossa proposta, da Mesa da Assembleia, para alteração do Regimento, e, nessa medida, conhecedores da mesma, a primeira questão que se coloca é: o que lhes oferece dizer? E nessa medida se alguém quer tomar da palavra para poder começarmos a analisar este ponto para avançar os trabalhos.”-----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Senhor Presidente da Assembleia, na reunião que fomos convidados expressamos algumas questões em relação à proposta que entretanto andamos a discutir, aguardamos pela proposta do Regimento, e digo-lhe francamente que fiquei desiludido. Desiludido, talvez por uma falta de adaptação do Senhor Presidente, que não dos membros da Mesa, ao percurso que se vive, desde que conheço, na Assembleia Municipal de Águeda.-----

----- A Assembleia Municipal é o reflexo de uma sociedade democrática, republicana, uma sociedade onde há empreendedores, onde há trabalhadores, onde as pessoas tentam fazer o melhor possível e os políticos tentam decidir o melhor possível, para o bem de todos.-----

----- A Assembleia Municipal é um local em que, que eu saiba, não está aqui nenhum técnico, e o técnico, não no sentido depreciativo da mesma, mas no sentido do cumprimento dos regulamentos ou administrativos, se não teríamos, em vez de um Presidente da Assembleia, um técnico administrativo que geriria simplesmente um regimento, em que contava os tempos, registava as propostas, punha a votação e andaríamos assim, não, a Assembleia Municipal de Águeda é uma Assembleia que representa um povo, os seus interesses, as suas dúvidas, as suas opiniões, as suas contradições, eventualmente, e que decide de forma política, e naquilo que a política tem, que é a resolução dos problemas e nunca o problema em si.-----

----- Isto para dizer o quê, Senhor Presidente, a Mesa apresenta-nos aqui um regimento que é um retrocesso, não poderei dizer de vinte anos em Águeda, mas de trinta ou quarenta anos em Águeda, porque estou cá há vinte e nunca houve um retrocesso regimental desta maneira, de regimento para regimento fomos sempre aperfeiçoando o regimento, com alguns princípios, primeiro - o princípio da liberdade de expressão e de opinião; segundo – o princípio do contraditório; terceiro – o princípio da participação, em todos os regimentos, colaborei como líder municipal na elaboração de três regimentos, fomos até pioneiros, na nossa zona, de criar dois momentos de intervenção do público, nas reuniões ordinárias, e de criarmos um período de intervenção do público nas reuniões extraordinárias, que não existia em mais nenhum lado, com isso pretendemos dar voz às pessoas, criar momentos em que estamos todos a ouvi-las e que elas sabem que nós estamos aqui e que podem intervir dirigindo as questões ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores, e que nos podem dar a nós informações sobre o que se passa, sobre os seus anseios.-----

----- Para não estar, como dizia há um bocado, a cair o impossível adjetivação, isso como sabe, a adjetivação em si fosse logo uma ofensa a alguém, a adjetivação é sempre, aqui, no aspeto político, nunca no aspeto pessoal, sempre no aspeto político das situações.-----

----- Vamos analisar o regimento, há um pequeno erro na capa, isto não é a primeira sessão ordinária, mas é extraordinária, mas isso é um erro gráfico, e vamos ao artigo vinte e um, verificação de presenças, propõe-se aqui *“a folha de registo de presenças fica disponível*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para as assinaturas até quarenta e cinco minutos, após início de cada reunião. Decorrido o período previsto no número anterior, a folha é recolhida e depois pode ser justificada...” etc, etc, etc. Aqui, além que numeração deste artigo está errónea, foi *copy paste* e ficou errónea, há aqui um problema Senhor Presidente, viola o direito de participação de um membro da Assembleia, tanto de intervenção, como de votar, quando está presente, eu, como membro da Assembleia, posso entrar aqui a qualquer momento, durante o decorrer, a partir do momento que entre, ninguém me pode tirar a palavra ou o direito de votar, isto é da Lei geral, e o Senhor é jurista, porque tenho o direito de intervir na Assembleia para que fui eleito, o que nós podemos considerar aqui realmente é que não receba a senha, é que tenha que justificar a sua ausência, fala-se na maior parte, a maior parte de uma reunião de três horas, hora e meia, ele terá que justificá-lo, o que poderá inclusive, apesar de ter vindo à presença, poderá ter falta injustificada, portanto, se não justificar, aqui numa das coisas diz que ele não pode intervir, não, pode intervir sempre, isso é um direito inadiável, pode ir à Assembleia da República a qualquer momento, ele pode intervir desde que esteja presente, e pode intervir e votar desde que esteja presente, não pode é receber as senhas, etc, etc, e até pode ter falta injustificada, porque não esteve mais de cinquenta por cento da sessão, portanto isso é uma situação a rever.-----

----- Artigo 24º., uma situação normal, que é uma redistribuição dos tempos do período de antes da ordem do dia, concordamos perfeitamente, o PSD/MPT fica com vinte e oito minutos, o Partido Socialista com catorze minutos, e o Grupo Municipal do CDS com oito minutos, tem só um problema, é que num dos artigos, num dos pontos, limita abordagem dos assuntos da ordem do dia, não sei qual é que é o número, mas é uma daquelas coisas que não pode fazer, quando digo não pode, é não deve, não deve estar aqui porque ninguém pode impedir no seu tempo de deputado abordar aquilo que ele quiser e bem entender, e aí é que está o poder Senhor Presidente, e deixa de ser um técnico passa a ser realmente a pessoa que mais representa, a pessoa mais importante do Concelho naquilo que é a democracia do mesmo, cabe ao Presidente, é um dos seus poderes de moderação, de organização, de orientação, que não deve ser prescindido por um qualquer regulamento, de solicitar que possa abordar mais tarde, que possa fazer essa questão mais tarde, agora, ninguém pode impedir, no seu tempo, de ele abordar o assunto que ele bem entender, se for o seu tempo, fora do seu tempo, o Senhor Presidente terá toda a razão.-----

----- Artigo 25º. *“a ordem do dia é enviada para todos os membros com a antecedência de , pelo menos, três dias úteis”*, Senhor Presidente, no regimento passado não estive cá, mas acho que eram cinco dias úteis, passaram-se quatro anos, foi aprovado pelo Movimento Independente Juntos, pelo PSD, pelo CDS e pelo PS, durante quatro anos não houve problemas, para que nós reduzirmos de cinco para três como se permitíssemos uma folga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ao Senhor Presidente da Câmara na elaboração, aos Senhores Vereadores na elaboração dos assuntos para irem à Assembleia, nós ao colocarmos cinco, estaremos a ser exigentes perante o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, são pessoas que exercem uma função para que foram eleitos, a quem nós pagamos para gerir os dinheiros de todos nós em prol do bem de todos, se não conseguirem em cinco dias, conseguem em quatro, se não conseguirem em quatro, conseguem em três, mas haverá certamente explicação para o atraso, agora se há vinte pontos na ordem de trabalho, eles conseguiram mandar-nos em cinco dias os dez pontos, nós já temos dez pontos que poderemos avançar e estudar, não podemos estar à espera de todos, ao reduzirmos para três dias, o Grupo do Partido Socialista, é desse que falo, vou ter que reunir no dia seguinte nove pessoas, ver se os nove estão disponíveis ou não para reunir-mos, para depois distribuir tarefas, para depois aprofundarmos assuntos, para depois virmos à reunião, em três dias, é manifestamente pouco, não se justifica alterar o que já está de cinco dias, para três, não vejo vantagem nisso, e se o Senhor Presidente da Câmara não conseguir em cinco, certamente terá alguma explicação quando se atrasar, entregar só no quarto ou no terceiro, tal como o Senhor Presidente teve uma explicação para nos entregar o regimento no prazo que foi, porque não havia outra possibilidade, isso nós compreendemos, agora, tudo ao contrário, atrasarmos para prazos mínimos, não nos permite a nós, estudar muitos dos assuntos, e quanto menos estudarmos, menos preparados estamos para debater, menos as nossas deliberações serão fundamentadas, menos haverá consequências positivas das nossas ações e o efeito na Assembleia Municipal é o contrário, devemos ter o máximo tempo para podermos deliberar melhor.-----

----- Chegamos aqui ao ponto sete, neste artigo vinte e cinco, que me coloca, não sei se se pode dizer estupefacto, porque é o não conhecimento do funcionamento desta Assembleia, desta e de outras, diz-se aqui que, *“cada membro poderá intervir quando é nas Grandes Opções do Plano, num período de dez minutos”*, as Grande Opções do Plano, se bem me lembro, dos outros anos, já não estou cá há quatro anos, quando era em papel, nós íamos levantá-lo, era assim um maço, agora no digital já não faz tanto maço, mas demora também muito tempo a ler, e depois daí estaremos a analisar a gestão do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores sobre trinta milhões de euros, mais ou menos, para o próximo ano, daí, com uma quantidade de artigos e de nuances, daí terei que fazer uma intervenção em dez minutos, sendo que, só poderei intervir, no máximo, duas vezes, se é aquilo que percebi, portanto, posso usar seis minutos de uma vez, quatro minutos de outra, sendo que, não sou especialista nesta área, mas que posso ter pessoas competentes no meu Grupo Municipal que sejam mesmo bons nesta área, e eles têm os mesmos dez minutos que eu, quem fica a perder? Nós todos, porque não usamos o tempo devidamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não aprofundamos os temas, não fiscalizamos a aplicação do Orçamento, não discutimos o Plano, portanto, as nossas deliberações são pouco fundamentadas, poderia-se dizer mesmo no extremo, não estávamos aqui a fazer nada, portanto dez minutos no Grupo para discutir as Grandes Opções do Plano, meus Senhores, não, não é solução, teremos que encontrar outra, lembrem-se só que agora, e durante os quatro anos anteriores, e durante os outros quatro anos anteriores, e durante os outros quatro anos anteriores, com mais ou menos problemas, os Senhores Presidentes da Assembleia conseguiram geri-los e nós tínhamos quinze minutos para a primeira intervenção e intervenções sucessivas, até cinco minutos, disso tudo passamos para dez minutos. Pior, em qualquer ponto da ordem de trabalhos, podemos passar a intervir só cinco minutos, como se diz no Alentejo, cinco minutos são trezentos segundos, é muito tempo, não pode é ser, Senhor Presidente, quando vou falar do público, falo cinco minutos, o Senhor Deputado para discutir um ponto da ordem de trabalhos, tem cinco minutos. Isto não pode ser, desculpem dizer o pode, não deve ser, o princípio básico é que, quanto mais nós debatermos, quanto mais tempo andarmos em torno de uma questão, à partida teremos melhores soluções, a quem cabe essa gestão? Cabe ao Senhor Presidente da Assembleia e nós confiamos nele, e com os outros também houve problemas, às vezes interrompiam-nos, mas eles sempre souberam encontrar o seu ritmo para levar a Assembleia à discussão, não posso em cinco minutos, discutir nenhum tema de Águeda, porque Águeda merece muito mais do que isto, podemos é criar uma situação extrema, não damos nenhum minuto, não vimos cá, talvez poupe algum dinheiro ao erário público, logicamente que é uma ironia, mas cinco minutos, não pode ser Senhor Presidente.

----- Depois fala-nos também nessa questão de inscrever mais do que duas vezes, há pessoas, se vai falar de proteção civil, o Mascarenhas é capaz de vir cá, numa discussão sobre proteção civil quatro vezes, cinco vezes, eu é que não venho nenhuma, não sei nada disso, portanto o princípio das duas vezes para uma pessoa cá vir, não pode ser assim Senhor Presidente, tem que ser de acordo com a capacidade dos Grupos Municipais, com a sua especificidade, com a sua capacidade de intervenção ou transmissão de algum conhecimento a todos ou de debate.-----

----- Depois falamos isto tudo, isto tudo Senhor Presidente é um retrocesso total em relação aquilo que é uma Assembleia, um local de debate, do contraditório, o local de deliberações que devem ser fundamentadas por esse debate, e não um local de, vamos lá despachar isto porque temos que acabar à meia noite, porque isto tem que estar aprovado, nunca foi assim, poderá ser que venha a ser assim, se for assim, será pior, porque a maior parte de nós, estou convencido, certamente outros terão outras capacidades, eu não terei grandes capacidades de, em tão pouco tempo, fazer alguma coisa de útil.-----

----- Chegamos então ao pior Senhor Presidente, o pior mesmo, nós fomos eleitos, e fomos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

eleitos pelo voto de nós todos e de toda a população do Concelho para o exercício de funções, e nós aqui sempre lutamos com a questão da participação do público, hoje em dia mais facilitada com a questão da transmissão pelo Águeda TV, mas também da participação física do público, que eles nos coloquem questões, que eles participem, foi por aí que nós criamos, pela primeira vez, um período, antes da ordem do dia, para o público, foi aí que nós criamos também pela primeira vez, um período nas reuniões extraordinárias para o público, e o Senhor Presidente propõe-se a reduzir o tempo nas extraordinárias, e de uma forma, talvez tenha sido um descuido, só pode ser, acabou com o período final da intervenção do público nas Assembleias, isto é, em vez de criarmos mais possibilidades de eles participarem, retiramos uma hipótese a qualquer pessoa de vir a esta Assembleia questionar o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores sobre qualquer problema que tenha, na sua vida, na vida do Concelho, nos seus interesses, é, não posso dizer que é inacreditável, certamente foi um descuido, não repararam nesse efeito, é tudo o que é contrário à participação cívica, democrática e aquilo que nós precisamos da população, quanto mais vezes, quem me dera a mim que tivéssemos que interromper a meio para eles falarem quinze minutos, fazerem questões a nós e ao Senhor Presidente da Câmara, isso é que é participação, não podemos reduzir a participação daqueles que nos elegeram, não nos podemos considerar os Deuses porque fomos eleitos, e então já deixamos de ligar a eles, nós fomos eleitos porque nos propusemos, atenção, fomos nós que nos propusemos, nós predispomo-nos a fazer um serviço cívico político, em prol da democracia de todos, mas eles são os mais interessados, em poder participar, em poder questionar, somos a voz de muitos daqueles que não têm voz aqui, mas se a tiverem devem-na pôr de qualquer forma, nunca, é inaceitável para o Partido Socialista, a redução de qualquer tempo de intervenção do público, é totalmente inaceitável e votaremos contra e seremos sempre contra qualquer redução que seja feita em relação à participação do público.-----

----- Continuamos, outro ligeiro erro que nós também não concordamos “*nas intervenções do público limita-se qualquer cidadão residente, natural ou com interesses na área geográfica do Município, e com idade superior a dezoito anos*”, sei que foi uma questão abordada lá, pela rama, logicamente que não faz sentido nenhum, nem deveria estar nenhuma idade, porquê? Porque veja-me só aqui, para vir à dota Assembleia Municipal de Águeda, num período do público, fazer uma questão, tem se ter dezoito anos, para casar não é preciso, para ter responsabilidade criminal não é preciso, para trabalhar não é preciso, mas para fazer uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, dezoito anos, não faz sentido. Tal como não faz sentido também, noutras situações, até há situações de jovens que nós às vezes trazemos cá, às vezes a intervirem em sessões comemorativas, são eles que até fazem questões ao Senhor Presidente da Câmara e questões à Assembleia, portanto, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vale não ter idade nenhuma, e se houver um miúdo que faça uma questão, certamente que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores conseguirão transmitir alguma informação, porque as perguntas do público são mesmo feitas a eles, não a nós, portanto, aqui, acho que deveria ser retirada a questão da idade.-----

----- Há aqui uma parte que não percebo, “*podendo fazê-lo quer a título individual, quer em representação de organizações coletivas com sede na referida área geográfica quando credenciado para o efeito*”, credenciado para o efeito, quer dizer que, posso vir cá falar em nome de uma empresa desde que esteja, logicamente, em representação da mesma, se não será em termos individuais, com sede na referida área geográfica, não compreendo, uma empresa que desenvolva aqui, ou queira desenvolver aqui, ou que venha cá desenvolver atividades, ou que esteja interessada em perguntar alguma coisa ao Senhor Presidente da Câmara, não pode ser porque não tem sede em Águeda, não pode cá vir, estou-me a lembrar de um exemplo, a Socibeiral não podia vir aqui perguntar nada porque não tem sede em Águeda, ou outras assim, também é uma situação que não beneficiamos com isto, acho, em estar aqui.-----

----- Artigo 49.º, a comissão permanente desta Assembleia sempre resolveu, ao longo dos anos, quando lá estive fê-lo, nos últimos quatro anos acho que também já houve reuniões da comissão permanente, sei que o Dr. Brito Salvador às vezes convocava a Carla Eliana e resolviam, serve fundamentalmente para acertar aqueles pormenores, como estas candidaturas, que deviam ter sido todas acertadas lá, e não aqui, como questões regimentais, como questões de decisão imediata, ou o que é que se vai fazer, ou de festividades ou não, portanto, sempre foi um grupo de participação dos líderes representado pelo Senhor Presidente da Assembleia e os líderes, aqui há uma alteração que é a introdução, sem direito a voto dos membros da Mesa da Assembleia, defende-se o Senhor Presidente, e bem, que lhe dá jeito, porque estão dentro dos jornais os assuntos, podem vir a substituí-lo, só que a minha visão de comissão permanente é diferente dessa, Senhor Presidente, a comissão permanente representa mesmo, não tem lá pessoas que não representem ninguém, tem lá pessoas que só os que lá estão é que o representam mesmo, e que é dúbio aquilo que desenvolverem entre eles, da relação empática de lealdade, de honestidade política e de honra, que desenvolverem entre essas quatro pessoas que têm representatividade, porque foram eleitas para isso, é que se pode resolver muitas vezes situações ou ultrapassar as situações dentro de um critério de coerência, portanto, a nossa proposta é que, a comissão permanente seja realmente constituída, como sempre foi, pelo Senhor Presidente e pelos Líderes Municipais.-----

----- Para lhe dizer no final Senhor Presidente, em relação à proposta, poderíamos discutir aqui muito mais coisas, solicito-lhe, aliás de acordo o regimento, que seja nomeada uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

comissão para rever estes pontos, e elaborado um regimento mais consensual, que garanta os princípios de intervenção da livre opinião do contraditório, que aumente até as formas de maior participação das pessoas e não retire tempo de intervenção ao público, que, enfim, corresponde, não aquilo que nós aqui às vezes aqui pensamos que é mais debate menos debate, já chega, estou cansado, estou cansado de te ouvir, ofendes-me e não me ofendes, isso é o nosso debate e isso cabe-lhe a si, nós confiamos em si, como confiamos nos outros Presidentes de Assembleia para saberem gerir essas situações, eles fizeram-no, nós às vezes concordamos ou não, fizeram-no, cumpriram-no, criaram o seu estilo, criaram a sua capacidade de intervenção, e não é por aí, tal como, acredito que o Senhor Presidente irá criar a sua forma de intervenção e que nós adaptaremos ao mesmo, portanto, proponho que se altere, logo à partida, o ponto das intervenções, de distribuição dos períodos antes da ordem do dia, porque é urgente que isso se faça, na próxima reunião ordinária já temos que funcionar segundo esses números, os outros que se mantenham até que haja uma alteração que seja útil, significativa, porque com os anteriores nós conseguimos funcionar mal ou bem, pode ser sempre melhorado, mas nunca retirando a nossa capacidade de intervenção e fundamentalmente nunca retirando a palavra às pessoas.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS-PP; -----

----- “Caro Deputado José Vidal, ouvi a sua intervenção com muita atenção e sou obrigado a concordar com muito daquilo que aqui disse, tenho uma intervenção para fazer, em que basicamente, em grande medida, vou repetir aquilo que disse, porque o diagnóstico é o mesmo, o documento que temos para analisar é o mesmo, portanto não espanta que tenhamos estudado o documento e encontrado os mesmos problemas.-----

----- É verdade, foi-me comunicado que o documento que estamos a apreciar demoraria mais tempo, portanto, não seria enviado, isso à partida não constituiria problema nenhum, não estou aqui a exercer nenhum protesto, em relação à data do envio do documento, só que, só na sexta-feira, me apercebi de outras modificações além daquelas que estavam marcadas no documento original, recebemos um documento original que tinha uma marcação a amarelo, das alterações propostas, mas depois estive a verificar e cheguei à conclusão de que havia bastante mais modificações, quando olho para um palheiro e me dizem que está lá uma agulha, vou mesmo procurá-la, portanto, só ontem à tarde acabei de rever e de encontrar o rasto a todas as modificações que foram efetuadas, posso não ter encontrado todas as agulhas que lá estavam, mas tenho mais de trinta notas, além daquelas que estaria à espera.-----

----- Convém explicar que esta proposta nos foi enviada apenas na quinta-feira, portanto, isso significa que, independentemente da combinação que foi feita, algumas coisas ainda podem ter escapado, não estou a fazer nenhuma espécie de acusação ou de suspeição de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

má fé, Senhor Presidente, entendamo-nos, não é isso que estou a fazer, estou a dizer é que, encontrei muitos problemas, e no meu entendimento se voltar a ler o documento, vou encontrar mais.-----

----- Em relação à forma, a versão que nos foi proposta, corrige algumas gralhas e ainda bem que o faz, mas introduz outras, temo que até mais do que aquelas que lá estavam, introduz incoerências de forma, erros de concordância, erros de numeração e erros de referência que começam na capa e acabam no índice. No índice, o artigo vigésimo primeiro que foi introduzido, relativo às presenças, aparece no título errado, e não foi feita referência correta às páginas, uma vez que se introduziu um artigo provavelmente alguns artigos terão saltado de página, ninguém curou de ver isso, se fosse esse o problema era o mínimo, porque isso rapidamente se revê, mas depois há matéria que gostaria de chamar a atenção, que é a da substância. A forma, no mínimo, precisa de ser polida, porque não nos fica bem, por exemplo, que um artigo vá na numeração, número um, número dois, número três, número quatro, número cinco, número seis, número sete, número oito ponto um, número oito ponto dois, estou a dar um exemplo de cor, mas não nos fica muito bem, fazer um esforço de revisão e depois sair uma coisa que não tem uma forma acabada e que demonstra alguma pressa e paciência, no mínimo precisa de ser polida.-----

----- Em relação à substância, introduzem-se inovações que nós até entendemos que são positivas e que se aceitam, mas que precisam de mais trabalho e em especial de cuidado com a violação de direitos, nomeadamente no que respeita às faltas, aqui o direi mais adiante, em alguns casos em que o regimento atual se limita a transcrever a legislação em vigor, altera a pontuação, veja-se o caso da alínea i), do número 1, do artigo 2º, que elimina uma vírgula ao texto dado pela redação da alínea i), do número 1, do artigo 25º., da Lei 75/2013, e que respeita à alienação de património de um município, Lei que já foi alterada, já vai, salvo erro, na nona alteração, mas que nem as maiorias de direita, nem as de esquerda, sentiram necessidade de mexer na dita vírgula, ela desaparece.-----

----- Introduz modificações que são difíceis de entender e não podemos aceitar, limita os assuntos que os membros eleitos podem abordar no período antes da ordem do dia, na nossa opinião, nem sequer cabe à Assembleia Municipal estabelecer limites à liberdade de expressão que a lei não contempla. -----

----- No debate de proposta e moções, cria uma desigualdade entre os membros da Assembleia, consoante o Grupo Municipal a que pertençam, os membros do PSD têm até onze minutos, os do CDS, todos juntos, têm apenas três minutos. Os deputados não são iguais, os membros da Assembleia não são iguais, há membros de primeira, que podem distribuir entre si ou usarem em completo onze minutos, são os do Grupo Municipal maior, depois há membros de segunda, que são os do PS e depois há membros de terceira, são os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do CDS, que no máximo poderão usar três minutos, portanto, se cada um deles quiser usar da palavra, não dá, terá que vir cá usar um minuto, e depois outro usar outro minuto e depois outro usar outro minuto e acabou, isto para debate de propostas e de moções, penso que o Grupo Municipal que mais propostas e moções apresentou, nos últimos quatro anos foi o CDS, é que dá trabalho. Pior, corta dois terços do tempo contínuo que os eleitos podem usar para debater os assuntos da ordem do dia, passa do máximo de quinze minutos para um máximo de cinco minutos, depois há um período suplementar de cinco minutos, é verdade, mas muitas vezes é preciso que haja continuidade no discurso, e esses minutos equivale ao tempo máximo usado para intervenção do público, quer dizer, um membro do público chega aqui, um cidadão comum, sem responsabilidade nesta Assembleia, chega aqui e usa da palavra durante cinco minutos, e eu para debater um assunto, como por exemplo, a alteração dos estatutos da Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga, também só tenho cinco minutos.-----

----- No que respeita ao público, reduz o tempo previsto para a sua participação, passa apenas a ser quinze minutos a dividir por todos que se queiram inscrever, não tem sido este o caminho seguido por Águeda, ao longo de décadas.-----

----- Proíbe os jovens, com idade inferior a dezoito anos, de usar da palavra no período do público, um jovem de dezasseis anos pode ser representante de uma associação de estudantes do ensino básico ou secundário, pode ter assento no Conselho Municipal de Juventude, pode assinar contrato de trabalho, já aqui foi dito que pode casar, pode ser responsabilizado criminalmente, mas não pode pedir a palavra no período de intervenção do público para falar sobre a política municipal da juventude em Águeda ou outro assunto que escolha, isto não faz sentido.-----

----- Além disso, proíbe de participar nos trabalhos um membro que se atrase mais quarenta e cinco minutos, na nossa opinião, um membro que esteja presente e que não se considere impedido, nos termos da lei, tem direito de participar nas reuniões da Assembleia, uma coisa é a falta para efeito de atribuição da senha de presença, outra diferente, é a proibição da participação nos trabalhos. Segundo compreendi, foi sugerido e tentou, é isso que compreendo, tentou-se que houvesse tolerância quando um membro atrasado comunicasse, em tempo útil, à Mesa esse atraso, foi isso que percebi, mas o que lei-o no texto, como está, é exatamente o contrário, será marcada falta aos membros da Assembleia que justificaram o atraso à Mesa, sei que há por aí um não antes, e um ou depois, mas é esta a leitura.-----

----- Havendo tantas questões, havendo tanto a rever, não havendo urgência, que se compreenda pelo menos, é aprovado um texto, que neste momento, não está bem, estando em vigor o regimento anterior, havendo um acordo de todos os Grupos Municipais quanto à forma de distribuir o tempo antes da ordem do dia e tendo ainda em conta que esta proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nos foi enviada um pouco em cima desta reunião, propomos que este assunto seja mais amadurecido e discutido no seio de um grupo de trabalho criado para o efeito, isto como está, não está bem, isto como está tem que ser revisto, porque se não, não ficamos com um regimento digno, nem sequer, notem, é que o exemplo que criamos anteriormente foi feito pelos representantes dos quatro grupos municipais, eu era um deles, mas era o que menos sabia, os outros três eram juristas.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Vou tentar, de alguma forma responder, o mais rápido possível, a todas as questões que foram colocadas.-----

----- Primeiro, relativamente à questão de substância e ao conceito geral que as duas intervenções dos Senhores Deputados deixaram relativamente essencialmente à questão deste projeto de regimento ir de alguma forma contra aquilo que são os princípios, a liberdade de expressão, a representação dos cidadãos, começando por essa questão.-----

----- No meu entender e a Mesa soberana também comigo quanto a essa questão, nós temos uma visão um pouco diferente, mas a visão não é uma visão nossa, é uma visão completamente generalizada, que é assim: - os cidadãos expressaram-se nas urnas e votaram para que todos nós, todos vós, os representassem aqui, e é essa a forma maior com que os cidadãos se vêm e se revêm nos trabalhos de uma Assembleia como esta, sabemos que as suas participações, ainda que válidas, justas e necessárias, não são na sua maioria das vezes, a forma mais produtiva com que os cidadãos se vêm ou se revêm no andamento dos trabalhos onde a aprovação ou não aprovação de determinados pontos, obviamente, no meu entender e no entender da Mesa, essa representatividade está nos Senhores Deputados, está em vós, está em todos nós, digo isto relativamente à questão, começando com essa questão, porque vai entroncar obviamente na questão da intervenção ou nas intervenções do público.-----

----- Se é verdade que anos de história que temos e no crescimento das ideias e daquilo que fundamenta a instrução e a elaboração do regimento, também esses mesmos anos de história nos fazem ver aquilo que disse anteriormente, que é o facto de que na verdade essas intervenções são, primeiro que tudo, uma iniciativa do cidadão no sentido de poder manifestar-se ainda que não pela via do deputado que o mesmo elegeu, mas pela via direta da sua pessoa, intervir na marcha ou intervir nos pontos de uma ordem de trabalhos ou de qualquer outro tema que queira vir trazer à Assembleia, nós sabemos perfeitamente que isso tem a sua importância, obviamente antes de um período de discussão, essencialmente é essa a visão que nós temos, isso tem importância antes de um período de discussão, ou seja, dado que os mesmos intervêm sobre os pontos da ordem do dia, obviamente que a visão do público é sempre, das duas uma, ou interferir naquilo que é a intenção de voto do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

deputado, manifestando a sua preocupação, trazendo o tema e tentar de alguma forma que esta Assembleia vá ao encontro daquilo que é a sua visão ou a sua necessidade, obviamente que isso faz todo o sentido que antes da discussão dos pontos da ordem do dia, haja intervenção do público e que eles venham de facto à busca daquilo que é aquilo que eles esperam desta Assembleia. Óbvio e esta minha narrativa leva-nos para perceber onde é que quero chegar, que é depois de discutido e votado, aprovado ou não um determinado ponto a questão é, no meu entender e no entender da Mesa será de alguma forma, trazer alguma demagogia aquilo que é a intervenção verdadeira do público, porque o público na verdade, após isso, e temos isso também pela história, não intervém, e não intervém pelas mais variadas questões, também pela questão da substância, porque de facto não há nada mais para discutir essencialmente, mas também não intervém por outros pontos, não intervém pela hora tardia em que ocorre, pela eventual e sucessivas reuniões de uma sessão, porque quando acontece o período do final nem sequer é dado quando a sessão se desmembra em várias reuniões, não há, o público vai embora, sem poder intervir, honestamente, e isto digo com sentido de responsabilidade, acreditem, não me parece que a intervenção do público para um período depois da ordem do dia que faça grande diferença ou que venha de alguma forma coartar os direitos dos cidadãos, com toda a honestidade, claro que nós podíamos eventualmente aqui dissertar sobre essa questão e entronca-la em até em mais do que uma intervenção, ou mais do que duas, ou mais do que três, porque de facto o Aguedense é o cidadão que faz toda a diferença aqui, não é? Porque nós lutamos em prol dos mesmos, mas reparem, não pode ser assim, ou não deve ser assim, deveremos ser nós a representá-los e representá-los de facto de uma forma digna e construtiva, porque a voz dos mesmos aqui, normalmente é dada por nós, por todos nós, a maioria das vezes não é o cidadão que vem alterar rigorosamente nada da marcha dos trabalhos, temos que ter consciência disso, as pessoas têm consciência disso, e nós não podemos, no meu entender, fazer disso uma celeuma tão grande que depois fique só uma imagem de que nós estamos aqui a cortar o direito ao cidadão de intervir, porque acho que de facto não é isso e digo isto com toda a frontalidade, acreditem, é porque estou convicto disso, e de facto a Mesa também chegou a essa conclusão.-----

----- Vou de imediato saltar para outra questão, que é a questão dos tempos, não inventei rigorosamente nada, as coisas estão mais do que inventadas, estão inventadas para nós, para uma quantidade de Assembleias Municipais, portanto é só procurarem, certamente já o devem ter feito, mas ainda assim em defesa das vossas convicções e dos vossos grupos municipais entendem, ainda assim lutar para que isso seja diferente, mas reparem, a questão da representatividade tem que estar expressa numa Assembleia, não há outra forma, e é isso que estou a dizer que não fui eu que inventei, a representatividade é feita por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

todos os deputados, meus senhores, todos eles, sem exceção, e quando de uma forma, vamos dizer, mais acicatada se fala de que a proposta da Mesa, no sentido de cortar os tempos, vai de alguma forma contra aquilo que é o direito à livre expressão e à defesa dos ideais de cada um, nomeadamente dos deputados naquilo que são os seus ideais em representatividade que os mesmos têm, a verdade é esta, é que se nós pegarmos nos tempos que estão distribuídos nesta proposta, portanto, nas Grandes Opções do Plano, temos dez minutos, mais dez minutos, duas intervenções sem cedência, é o que está na proposta, dez minutos, mais dez minutos, duas intervenções, dez mais dez, faz vinte, se cada um dos deputados municipais usar do seu direito, porque é para isso que aqui estamos todos, vejam a quanta representatividade terá cada um dos grupos municipais que aqui está, mesmo o mais pequeno, nesses pontos concretos, vinte minutos vezes cinco, é isto que se traduz na verdade o sumo deste regimento, tudo o que se possa dizer depois para além disso, é dizer, na minha perspetiva, que seria de alguma forma mais benéfico, compreendo que seria mais benéfico, mas nós não podemos eternizar estas coisas de uma forma ingerível, porque é aquilo que muitas das vezes se tornou algumas Assembleias Municipais ingeríveis, quando digo ingeríveis é neste sentido, os tempos de intervenção, fiz questão de aqui colocar isto, os tempos de intervenção foram alterados exatamente no sentido da sua monopolização, porque tenho visto e todos temos visto que é isso que tem acontecido, não pode, não deve haver monopolização por parte de algum grupo restrito de deputados municipais, temos que os incentivar ao uso da palavra por parte dos demais, é isto, e isto é de facto a democracia a funcionar, não é depois, porque para isso a nossa Assembleia Municipal era composta por cinco elementos e não por trinta e dois, porque a ideia é exatamente essa, não é outra, estarmos a olhar para nós e dizer, bom, mas estão-me a cortar o meu tempo, reparem não é a cortar o seu tempo, o que estamos aqui a falar é de não se monopolizar isto, e é exatamente essa a intenção, sem demagogias da minha parte, acreditem, foi exatamente isto que conversamos e é exatamente isso que nós entendemos que será a democracia a funcionar, é uma questão de organização, os grupos municipais têm que se organizar para usufruir e usar do tempo das suas intervenções, porque o tempo no seu somatório não é pouco, é muito, nunca é demasiado, mas é muito. Isso na questão dos tempos, obviamente que nos pontos que gere discussão menor, os tempos também foram para tempo menor e os cinco minutos vezes dois, que dá dez minutos por cada deputado, meus senhores é uma questão de fazer contas, é tempo, no meu entender, que pode ser amplamente usado, por qualquer um dos grupos municipais, assim se organizem nesse sentido, não é nada pouco tempo, é muito tempo, é o suficiente, eventualmente poderia não ser, mas nós nunca chegaríamos à perfeição, nunca, por mais que mantivéssemos os quinze minutos, por mais que mantivéssemos sem limite de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

intervenção julgo que nunca mais lá chegaríamos, no meu entender.-----

----- Na questão da inclusão do artigo vigésimo primeiro, nomeadamente no sentido de regular aquilo que, no meu entender, é nossa obrigação, meus senhores, nós não podemos bater no peito e dizer que estamos a cortar tempo às nossas intervenções, estamos a cortar tempo ao público e depois não marcamos presenças nas Assembleias para as quais fomos eleitos e para as quais somos convocados, não pode, não faz sentido, compreendem? Isto é tão simples quanto isso, não vejo as coisas de outra forma, portanto, nós não podemos pugnar por direitos quando depois não os exercemos, e é isso, e tão só isso, e não se venha dizer que é outra qualquer interpretação que não esta, que não marcar presença, estar cá, ou então justificar, o Senhor Deputado Miguel Oliveira tem toda a razão, falta ali um não, assim como faltam adaptações ao acordo ortográfico, assim como faltam vírgulas, assim como faltam, eventualmente, pontuações, assim como existe num artigo dois pontos com quatro ponto dois, é um facto, mas isso não são erros de substância, são erros de forma, facilmente são ultrapassados e esses nem precisavam de ser afluídos aqui, com todo o respeito, porque esses poderiam ser, no meu entender, perfeitamente corrigidos porque também já me apercebi deles, admito o erro, mas serão corrigidos, ouça, não é nenhum reparo, até porque tem todo o direito de o fazer e deve-o fazer, só estou aqui a dizer é que de alguma forma, a parte mais da substância seria o mais importante, depois rapidamente se conseguiria solucionar porque são questões ortográficas, questões de uns pontos e por aí fora, mas tem toda a razão, já detetei, de facto existem aqui algumas questões, essencialmente até as questões relativas ao acordo ortográfico e por aí fora, mas isso rapidamente se revê.-----

----- Mas estava a dizer, relativamente ao artigo vigésimo primeiro, à inclusão deste artigo, de facto tem razão Senhor Deputado José Vidal, aliás o Senhor Deputado Miguel Oliveira tem razão, ele devia estar no título e não está, está no título dois, é um facto, isso também é de alguma forma compreensível porque foi na inclusão deste artigo, incluiu-se num local diferente, mas volto a dizer, são estes erros de forma facilmente ultrapassáveis, não é essa a questão, no meu entender, e que serão obviamente todos eles revistos, podem ter a certeza absoluta, todas as questões de forma, ou seja, a pontuação, a questão da renumeração dos artigos, a questão do acordo ortográfico, tudo isso será revisto porque não são questões de substância que aqui nos trazem grande discussão.-----

----- No que respeita à questão da inclusão deste artigo dizendo o quê? Dizendo assim, à luz do que vinha a dizer anteriormente, a questão é essa, reparem, se o senhor deputado não está presente, se lhe é marcada falta, se não pode votar, a questão aqui é, a sua intervenção resume-se exatamente a quê? Até posso admitir que de facto a intervenção não pode ou jamais deve ser cortada ou coartada ao deputado, compreendo isso perfeitamente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

agora, a questão aqui é, a falta para efeitos de senha de presença é de facto uma coisa, outra coisa é a questão da sua intervenção, é verdade, mas o que aqui de alguma forma quis transmitir é que não deverá ser esse o princípio que nós nos devemos pautar, porque aqui a questão não é só o efeito da senha, porque essa, no meu entender, até é o menos importante, o importante aqui é cumprir, estar presente aquando os trabalhos, é poder intervir, é poder votar, e para isso é tão simples quanto substituir-se, no caso de falta, ou estar presente, quando convocado, é tão simples quanto isso.-----

----- De qualquer das formas dizer outra questão, no período antes da ordem do dia, o número cinco, na proposta diz: - *“não poderão ser tratados no período antes da ordem do dia, os assuntos que tenham cabimento no período da ordem do dia”*, o Senhor Deputado José Vidal levantava a questão de que entende que a inclusão deste ponto não vai ao encontro do direito que o deputado tem de intervirem qualquer tema nesta Assembleia, honestamente, digo-vos o seguinte, tenho a firme convicção que o legislador quando criou a existência do período antes da ordem do dia e do período da ordem do dia, como devem compreender, foi por algum motivo, e o motivo, no nosso entender, só tem uma explicação exatamente igual, que é separar as matérias e os temas, de outra forma não faz qualquer sentido, nós num período antes da ordem do dia irmos debater assuntos de um período da ordem do dia, não faz qualquer sentido, estou firmemente convicto de que o legislador foi exatamente isso que quis fazer, provavelmente como eu, também lhe deve ter escapado alguma questão de forma, e às tantas também, não se soube expressar tão bem assim, mas na verdade estamos convictos que é exatamente esse o sentido, aliás, volto a dizer, era completamente inócuo e descabido tratarmos no período antes da ordem do dia temas da ordem do dia, é tão simples quanto isto, julgo que não fará assim tão pouco sentido colocar este artigo no regimento.-----

----- Depois, no artigo vigésimo quinto, no período da ordem do dia, Senhor Deputado José Vidal, compreendo o seu exercício mental, a questão da redução de cinco para três dias terá ou poderá ter implicações na apreciação por parte dos deputados naquilo que é toda a documentação que vai junto da convocatória, obviamente, não poderia dizer de outra forma, mas uma coisa é certa, Senhor Deputado, o problema é: - primeiro, de facto o prazo não é um prazo perentório, pelo menos até três dias, é um prazo pelo mínimo, não é um prazo que tenha que ser efetivamente cumprido, porque pode ser antes, agora, a questão é esta, já percebemos muitas das vezes que a pressa dá geralmente azo a grandes discussões nas Assembleias, porquê? Ou porque as coisas não vão de facto bem feitas, ou porque não vão completas, ou porque geralmente é por falta de tempo, onde é que quero chegar com isto? Nós temos que tentar encontrar aqui algo que seja equitativo, a lei diz-nos que o prazo mínimo são dois dias, a Mesa entendeu, que três dias seriam o tempo que poderia, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

alguma forma, ultrapassar estas questões relativamente à apresentação da documentação por parte da Câmara Municipal daquilo que lhe é exigido e feito de forma correta, adequada, atempada e completa, e por outro lado, permitiria ao deputado, com mais empenho ou mais dedicação, obviamente com uma brevidade maior, em termos de apreciação, a sua análise, mas volto a dizer, também aqui nós nunca teríamos o bom de dois mundos, é difícil nós conseguirmos agradar a todos os lados, é difícil conseguirmos colocar a Câmara Municipal a entregar documentação a tempo e horas e de forma correta, adequada, atempada e completa, e temos por outro lado a questão dos deputados que irão ter também dificuldade de estudo, de análise, compreende-se, ainda assim entendesse e por isso o legislador estabeleceu o limite mínimo de dois dias, e nós entendemos que não é suficiente, três dias será o adequado.-----

----- Artigo vigésimo oitavo, na questão do público ainda e na questão da maior idade, meus senhores, obviamente que existem situações, nomeadamente o exemplo que o Dr. Miguel Oliveira deu, de menores de idade que têm alguma representatividade, em termos de associações ou outras coletividades, mas Senhor Deputado, essas organizações têm outras onde se devem dirigir, que são quem depois as tutela ou as regula, é lá que elas vão buscar os seus interesses, com toda a honestidade, digo isto com franqueza, e isto porquê? Reparem, se a idade de dezoito anos é idade para votar, expliquem-me a mim, se é que faz algum sentido, intervir aqui sem ter essa maior idade, não tem idade para votar, mas tem idade para entretanto vir a uma Assembleia Municipal intervir, conhecemos algum exemplo?

----- No que respeita à questão das organizações com sede na referida área geográfica, Senhor Deputado José Vidal, de facto parece-me que é essa a índole da intervenção do público aqui, reparem, se ocorrer de facto algum interesse de alguma sociedade que não tenha aqui intervenção, no meu entender, no entender da Mesa, não é aqui que se vai buscar qualquer interesse, é na reunião de Câmara, é aí que essas pessoas se devem dirigir, porque os seus interesses não são magnânimos no sentido de uma Assembleia Municipal, no meu entender, tem que passar sim pela reunião de Câmara e aí que terão o seu palco, aí que eles poderão estar presentes e dizer ao que vêm, qual o seu interesse no nosso Município e não na Assembleia Municipal.-----

----- Artigo quadragésimo nono, estou a falar essencialmente naqueles que nos foram aqui levantados, que era a questão da comissão permanente, a comissão permanente da Assembleia Municipal, Senhor Deputado Miguel Oliveira, também aqui existe uma gralha, já agora, o Senhor Deputado não falou nela, mas detetei, porque dizia: - “a comissão permanente é composta” e a comissão permanente, neste caso, é uma comissão permanente da Assembleia Municipal, porque no artigo antecedente, falava das comissões, podem ser constituídas comissões e depois aqui não se fez esta nomenclatura, estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

falar apenas da comissão permanente da Assembleia Municipal, *“é composta pelo Presidente da Assembleia que a preside, pelos restantes membros da Mesa Assembleia, sem direito a voto, e pelos líderes dos grupos municipais designando-se comissão permanente da Assembleia . Na ausência do presidente, esta é presidida pela primeira ou segunda secretária.”* isto está aqui, até podia não estar, mas é um facto, na minha impossibilidade quem me representa são as secretárias, o que pergunto é: - que tanta confusão faz colocar na comissão permanente da Assembleia Municipal a Mesa completa que depois será muito mais avalizada, capacitada para poder substituir se eu não puder, qual é a diferença? Porque os líderes serão a representatividade, mas elas também foram eleitas, também são representantes, só que são da Mesa, foram a votos, foram eleitas para constituir a Mesa, e a Mesa enquanto tal, Senhor Deputado Miguel Oliveira, mas não é o Senhor ou qualquer um dos outros que me vai substituir nessa comissão de líderes, existe alguma ilegalidade aqui? Não me parece que exista, obviamente é um formato próprio, pode ser, mas parece-me ser construtivo.-----

----- De facto existem aqui algumas questões muito simples que queria colocar à consideração da Assembleia, porque entendemos que de facto não existe aqui nada que de substância seja tão grave.”-----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Pensava já não intervir neste ponto, mas como penso ter bem aferido que o Senhor Presidente se prepara para não seguir nenhuma das recomendações, tanto do Partido Socialista como do CDS, de que seja constituída uma comissão ou um grupo de trabalho que possa analisar exatamente o regimento e os ajustamentos e as melhorias que podem ser operadas à semelhança do que aconteceu há quatro anos, o que aconteceu há oito, e tanto quanto sei há doze, poderíamos também inovar resolvendo problemas que existem.----

----- Estava a ouvi-lo e em relação a alguns pontos, perdoem-me porque provavelmente terei que discorrer a várias coisas, e quanto à generalidade pensava, mas há um problema para resolver Senhor Presidente? Ou seja, nós temos excursões de menores a quererem falar na Assembleia Municipal de Águeda? Nós queremos dizer às escolas secundárias: - olha não é aqui, o guiché é outro, o guiché é no Conselho Municipal de Juventude, onde o Presidente de Câmara não participa, o qual reúne de meses a meses, já não se sabe qual foi a última vez, e é lá que vocês falam de forma completamente pequenina, fechada, porque não podem usar exatamente, olhem, o palco que estou a usar agora, não entendo que assim tenha de ser, não entendo que existe um problema e acho muito discutível a solução, mas lá está, concentre-mo-nos, resolver problemas que existem, tem havido uma avalanche de público no final das sessões ordinárias a interromper, a questionar e a criar muitos problemas? Não, também não tem acontecido.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Depois Senhor Presidente, a sua própria densa, longa explicação, prova exatamente que, deve ser cada grupo municipal a gerir a forma como vai tratar os assuntos, o Senhor Presidente se reparou, o seu grupo municipal não falou neste ponto, o Senhor Presidente assumiu as despesas todas, está a falar, falou vinte e tal minutos ou coisa que o valha, e muito bem, e percebi perfeitamente qual é a sua visão, só não concordo com ela, o que não é a mesma coisa de cinco, mais cinco, mais cinco, e também não é o Senhor Presidente, não é nenhum partido que tem que fazer o julgamento moral sobre se deve ser mais distribuído ou não, tenho à minha frente pessoas que durante anos nunca se levantaram nem aqui vieram fazer essa censura, a censura política faz-se dentro dos partidos, dentro do seu partido faz-se essa análise, nós fazemos também dentro do Grupo Municipal do Partido Socialista, portanto, liberdade máxima para cada grupo se organizar, da forma que bem entender.-----

----- Quando falamos de terem que se credenciar quem venha, mas só com sede no Município, duvido que hajam muitos sindicatos que tenham sede neste Município, e acredito que a generalidade tenham interesses neste Município, onde há tantos milhares de trabalhadores, queremos agora que um sindicato sediado em Aveiro ou apenas com sede em Lisboa, não possa vir falar num período prévio desta Assembleia Municipal? Não acredito que seja a sua intenção também.-----

----- Quando falamos de um membro da Assembleia Municipal se atrasar, e depois há aqui uma coisa que também, confesso-lhe que ainda não percebi muito bem, há uma justificação atempada que depois o Senhor Presidente vai analisar e ver se concede ou não concede, admito que quem lhe seja mais próximo seja uma mensagem, quem não é tão próximo tem que ser uma coisa mais formal, talvez um e-mail quando se está no trânsito, imagine qualquer coisa desse tipo, agora um ponto tenho por certeza e sou jurista também, o quórum faz-se perante cada votação, o quórum pode variar durante esta Assembleia Municipal, basta que três ou quatro dos membros desta Assembleia Municipal precisem de se ausentar e se ausentem, e têm de dizer ao Senhor Presidente que o vão fazer, e o quórum variou, portanto, nós estamos neste momento num determinado ponto, se neste momento chegasse um membro da Assembleia Municipal que quisesse participar e quisesse votar num outro ponto, não compreendo porque é que não o possa fazer e duvido muito que tenha acolhimento legal esse entendimento, duvido francamente muito, certezas não existem, teria de estudar um bocadinho mais a questão e não apenas o pouco tempo que tivemos.-----

----- Agora, alguns pontos sabia, mas não deixa de haver uma ou outra coisa que francamente me surpreende, porque existe em todo este conjunto de alterações que estão a ser, ou preparam-se para ser impostas de forma unilateral, à força dos votos, que os têm,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com certeza, o Partido Social Democrata tem maioria nesta Assembleia, e prepara-se para, ao contrário do que aconteceu em todas as vezes anteriores, em que o próprio Partido Social Democrata, com pessoas que muito estimo e com as quais também muito aprendi, construíram todo este edifício jurídico, chamemos-lhe assim, de práticas democrático que é este regimento, e prepara-mo-nos para unilateralmente derrubar com ele, não ouvi uma única coisa em que se alargue as ferramentas de participação do povo de Águeda, não ouvi uma única proposta em que se alargue a ferramenta dos membros desta Assembleia terem mais uma ferramenta para fazerem o seu papel de fiscalização de debate democrático, parece que estamos a blindar a Câmara Municipal de uma determinada forma em que, quer dizer, caminhamos para uma Assembleia muito mais desqualificada, nos seus termos, penso que corremos o risco de dar um sinal completamente errado aos cidadãos, ao diminuir-se o tempo em que eles podem participar e, tanto quanto me recordo, nunca houve um exagero da parte do público, e quando se fala, parece-me até, não será isso com certeza, mas poderia entender-se que, algumas destas alterações são destinadas a dois ou três personagens desta Assembleia Municipal que, pelos vistos, no entender do Senhor Presidente e do Partido Social Democrata, falam demais, têm de falar os outros, não podem falar esses, mas bom, isso na reunião do vosso grupo municipal poderão eventualmente distribuir um pouco melhor as coisas, cá estarei para até no final destes quatro anos ver todas essas pessoas a falar várias vezes, agora, não é o mínimo de vitabilidade aquela perante a qual estamos, tanto quanto me recordo, acompanhando já três mandatos em Águeda, não foi assim que se fez, não precisa de ser assim feito, tem o Partido Socialista, tem o CDS dizendo, “por favor não faça assim, vamos constituir um grupo, vamos discutir” veja, quando falamos, por exemplo, da comissão permanente, o Senhor Presidente, em caso de impedimento, e caso seja mesmo preciso a comissão permanente reunir, não sei se isto é muito típico, não sei se nos últimos doze anos alguma vez isso aconteceu, mas muito bem, precisará de alguém que o substitua, será uma das Senhoras Secretárias da mesma maneira, no caso do Partido Socialista, serei eu, agora pergunto, na reunião que ocorreu as Senhoras Secretárias estiveram apenas de corpo presente ou falaram até bastante? Pergunto, falaram, ou estiveram apenas a ouvir, ou intervieram também? É porque se intervieram estamos a alterar aquilo que é a constituição de uma comissão permanente, e portanto, acredito perfeitamente e disse-o aqui quando foi a nossa tomada de posse e a sua eleição que tem boas condições, é uma pessoa que estimo, que tem um nome relevante na praça, que tem boas condições de exercer um bom mandato, agora, apelo-lhe, não se demita de alguma forma de exercer o papel de moderação que sempre, com momentos mais quentes com certeza, mas sempre vi conseguir fazer-se, e vamos lá ver, não é uma carta constitucional que tem que ser outorgada pela Mesa e depois, à força dos votos do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

PSD, fica e pronto, está resolvido como já foi o que foi anteriormente, não, não é uma sangria desatada, podemos ter um representante de cada grupo municipal, debater, afinar, e depois naturalmente, veja-se, se o Partido Social Democrata persistir com algumas destas soluções, pois terá a força dos votos para o fazer, só acho que não temos que decidir hoje, agora, com pouco tempo que temos e até por outro lado, o próprio Senhor Presidente admite que existem incorreções formais, que o documento tem que ser trabalhado, então pergunto que documento é que vamos votar agora? Se é o documento que nos foi remetido ou se é o documento depois das alterações de colocações de vírgulas? Porque um jurista sabe, a vírgula também faz parte da norma e portanto, o apelo é somente este, tal como já foi feito, vamos fazer um grupo de trabalho, na minha ótica não precisa de ser uma comissão formal, mas poderá ser, se assim o Senhor Presidente entender, e partindo já de muito trabalho que a Mesa fez, conseguiremos, mesmo que não seja chegar a um consenso, chegar a pontos muito mais aproximados.-----

----- Tudo o que ouvimos até agora foi, retirar, retirar, cortar, diminuir, não vejo que resolvendo problemas que não existam, que não existem de facto, estejamos a dar um sinal positivo ao povo de Águeda e a ser dignos, no fundo, de prestigiar esta Assembleia e o seu trabalho de debate democrático e de fiscalização que tem de fazer, num assunto como este acho que ninguém está a ser demagógico no que está a dizer e olhe o tempo que ocupa, e é natural que ocupe Senhor Presidente, é natural que precise de alguns minutos para responder a tudo o que foi dito, isso é normal, condensá-lo em cinco minutos é que não vejo como se faz.”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- “Só quero dizer duas palavras.-----

----- Humildade qb não fica mal a ninguém, e o Senhor Presidente sabe que o admiro como pessoa e como colega, com quem lido bastantes vezes na nossa vida profissional, e de facto considero que não seria nenhuma manifestação de diminuição deixar-se para outra reunião a discussão deste documento devidamente elaborado, com todas as vírgulas, com tudo aquilo que é necessário, e mais Senhor Presidente, que de facto seja dada atenção que há aqui prazos e *timings* que não dão para nada, se nós quisermos dar o nome aos bois é assim, este regimento é o regimento ideal para calar quem é picuinhas como o Miguel, porque ele é picuinhas, porque ele vai ao pormenor, não é à toa que ele foi à vírgula, foi ao ou, foi aqui, foi acolá, é um facto, ele pode incomodar, mas incomodar faz bem, porque é uma forma de podermos fiscalizar, e nós como oposição, além de termos que tomar posição sobre todos os assuntos que nos são colocados, também temos um dever de fiscalização, se há uma maioria que se está a marimbar se as coisas que são feitas estão bem ou mal feitas, porque o que interessa é que tudo esteja bem e vão votar sempre favoravelmente ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não, como ainda hoje houve quem não votasse, o problema é vosso porque depois mais tarde também vão ter as críticas de quem votará em vocês, ou de quem daqui a quatro anos vos pedir contas do que fizerem mal hoje, porque tiveram a faca e o queijo na mão e com a faca e o queijo na mão se calhar não tomaram as medidas que deveriam ter tomado com o poder que tinham, isso é problema vosso, e daqui por quatro anos vocês terão o retorno, seja ele qual for.-----

----- Uma coisa é certa, só quero deixar aqui esta última palavra, é um facto que a lei dá como mínimo dois dias, é um facto, mas entre dois e o máximo que a lei tem, três dias para mandar os papeis com três dias de antecedência, é o suficiente? Eu li aquele dossier todo, gostava de saber quantos é aqui na sala o leram? Li-o todo para chegar aqui e saber do que é que estavam a falar e não só, para a nossa reunião que tivemos prévia, pergunto, Dr. Filipe Almeida, não é o que se aplica aqui, sei que a legislação que se aplica é outra, conheço os mínimos, mas por amor de Deus, até num processo de insolvência, que é considerado um processo urgente, célere, que tem que andar, o administrador de insolvência tem que colocar à disposição dos credores, com pelo menos oito dias de antecedência, o relatório previsto no artigo 155º do CI, e a maior parte dos credores não dizem nada, o que é quero dizer com isto? Nem oito nem oitenta, nem os oitenta com os dois dias de antecedência, nem os oito com apenas os dois dias, porque é difícil, se alguém não lê, problema vosso, venho para aqui para fazer o meu papel e o papel que venho desempenhar é defender os cidadãos, não é defender o CDS Miguel, poderá coincidir pontos em que vou defender o CDS, mas a principal razão porque alinhei neste projeto, é para defender as pessoas, e isso vou fazê-lo, doa a quem doer, e não acho que este regimento seja o adequado para nós podermos defender os cidadãos, porque a partir do momento em que nos calam, amanhã não é o Miguel que querem calar, vai ser a Olivia que vão querer calar, acho que não fica mal repensar.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “ Quem estiver a ligar a televisão a esta hora, ver ÁguedaTV, ainda vai perceber de alguma forma que estamos a submeter à aprovação ou à votação um regimento que terá um contexto para a oposição e outro para quem está, digamos, no poder, que há aqui dois regimentos diferentes, não meus senhores, este regimento é igual para todos, se ele não é tão vantajoso para A ou para B, o 25 de Abril teve uma das grandes vitórias que tem a ver com a representatividade que advém dos atos eleitorais e isso obviamente que é refletido no número de deputados que nós temos aqui dentro e no número de elementos que cada grupo municipal tem disponível para poder intervir, e o nosso direito de intervir é nominal, cada um de nós tem o direito de intervir e temos um tempo destinado, se todos escolhermos intervir no mesmo ponto, como o Senhor Presidente estava a falar há pouco, se tivermos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cinco minutos, mais cinco, dá dez, somos trinta e dois, são trezentos e vinte minutos, como dizia o Engº. António Guterres é uma questão de fazer as contas, portanto, como princípio de um regimento, temos como base fundamental que ele torne o órgão ao qual ele diz respeito que o torne funcional, obviamente sem abdicar da participação e sem abdicar dos direitos e das nossas funções enquanto deputados, estar a tornar isto como, trazer para aqui expressões como “isto é para nos calar, isto é para nos tirar a palavra”, é completamente descabido, e obviamente que o grupo Municipal dos Juntos/PSD e do MPT subscreve esta proposta porque entendemos que este órgão tem que funcionar e tem que funcionar bem, e tem que ser equitativo, muitas vezes as pessoas confundem a equitatividade com a igualdade e achamos que a visão que ele traz para esta Assembleia é certamente torna-la mais funcional e confiamos plenamente no documento que está aqui, não sei se será submetido a votação se não, mas é esse o nosso entendimento e queremos deixar bem claro que a nossa missão e o nosso entendimento deste órgão será sempre esse e nunca certas coisas que se tentam passar, certas mensagens que se trazem para aqui que não correspondem minimamente à realidade e que mais uma vez tendem a criar confusão e a distrair quem esteja lá em casa daquilo que realmente importa.”-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – PS;**-----

----- “Senhor Presidente prometo ser breve, apenas três pontos.”-----

----- Primeiro ponto assenta naquilo que são neste momento as regras de segurança relacionadas com a Covid-19 e que tenho alguma dúvida que as estejamos a cumprir pelo facto de ver alguns elementos de forma reiterada sem máscara, estive a apreciar aquilo que diz o normativo da DGS e no que toca à casa de espetáculos com áreas na ordem dos quatrocentos metros, existe a obrigatoriedade de utilização de máscara, este é o primeiro ponto.-----

----- O segundo ponto, permitam-me alguns colegas deputados que discordem, nos temos estado aqui a utilizar a palavra direito, direito a falar, discordo na plenitude, acho que nós não temos o direito a falar, assiste-nos o direito de estarmos calados, fomos eleitos com o objetivo e com o dever de zelar pelos interesses dos nossos munícipes e de falar sempre que o entendermos, e por conseguinte acho que não nos podemos estar aqui a esconder atrás dos direitos, mas sim do dever cívico que todos nós temos. Desta forma penso que será necessário vermos isto de uma outra perspetiva, no sentido de não retirarmos esses deveres que nos estavam constituídos, mas sim de o assumirmos de uma forma clara e inequívoca, como o colega já referiu e não me querendo repetir, o facto de estar consagrado no regimento a possibilidade de o público intervir, o facto de estar consagrado no regimento os deputados terem cinco, dez ou quinze minutos, não quer dizer que sejam utilizados, mas devem estar preservados para que em situações em que haja necessidade possamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazer.”-----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** – PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- “Senhor Presidente é muito simples, só uma pergunta, eu não sendo jurista acho que devo colocar, a Assembleia foi convocada para o dia vinte e nove, dia vinte e nove acaba, presumo, à meia noite, as deliberações que se tomarem no dia trinta têm validade na Assembleia? É só essa a pergunta que quero colocar.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “De facto o regimento diz-nos que, artigo vigésimo, *“as reuniões terminarão às vinte e quatro horas, caso sejam realizadas em qualquer dia da semana, de segunda a quinta feira, e à uma hora do dia seguinte se forem realizadas ao fim de semana ou à sexta, ou em qualquer dia da semana podendo prolongar-se por mais uma hora, assim seja deliberado pelo plenário da Assembleia”*, em face da sua intervenção Senhor Presidente Pedro Marques, não tenho outra alternativa se não de facto à consideração do Plenário, certo que, no mínimo, deveríamos terminar o ponto, é aquilo que acho, questão de boa gestão de trabalhos, mas pergunto se de facto estão de acordo? Perguntarei se alguém vota contra?”--

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “A minha dúvida é esta, não consta, por acaso fiquei espantado quando li a proposta deste regimento e verifiquei que a sua entrada em vigor estava marcada para dia trinta de novembro, não é uma formulação usual, é habitual dizer no dia a seguir à sua aprovação, ou da sua publicação, ou da sua publicitação, marcar a data exata, trinta de novembro achei um bocado bizarro, já estamos no dia trinta de novembro, Senhor Presidente, ainda não aprovamos, se o aprovamos como está, não tenho nenhum problema com isso, ele entra em vigor no próprio dia em que é aprovado, a questão que ponho é, qual é a pressa? Qual é a pressa? Porque é que se está a cair no ridículo, no absurdo Senhor Presidente, fiquei embebecido com as suas palavras, o Senhor é um homem de expressão elegante, coerente, dá gosto ouvi-lo, mas a substância é esta, os senhores cortam o tempo de intervenção do público, os senhores cortam o tempo de intervenção dos deputados, o Senhor veio anunciar aqui que quer intervir na forma como os grupos municipais se organizam para usar da palavra, o Senhor acha que tem esse direito que é uma coisa fabulosa, os senhores cortam no essencial que são os direitos de expressão, que influenciam também a forma como nós depois vamos fazer a fiscalização, mas há um problema básico que os senhores ainda não perceberam, é que nada disso vai impedir a nossa ação, e que há muitos meios que nós habitualmente utilizamos aqui, por exemplo, raramente utilizo a internet, nunca quando estou na Assembleia Municipal, e que se for coartada a nossa liberdade, vamos passar a utilizar, porque a democracia tem muitos caminhos, os tiranos têm mesmo muita dificuldade em impor-se quando há uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

democracia, porque isto não se resume apenas ao voto, sou muito mais eficaz às vezes em três minutos de intervenção, do que algumas outras pessoas em vinte e quatro, e às vezes em vinte e quatro não consigo dizer a mesma coisa que a Olivia diz em dois, é assim a vida.

----- Fazia um apelo, um último apelo, em que houvesse alguma razoabilidade, estamos abertos a trabalhar consigo, a trabalhar com a Mesa sobre estes assuntos, estou mesmo de mente aberta, vamo-nos sentar, vamos discutir, onde não puder haver acordo, paciência, não é nenhuma tragédia, não é nenhum drama, ninguém vai morrer por causa disso, mas onde haja possibilidade de haver acordo, que o façamos.-----

----- Uma das coisas em que pode haver acordo, por exemplo, é nas chamadas regras não escritas dos regimentos, há coisas que habitualmente não se fazem nas Assembleias, não estão escritas, são pré acordadas, muitas vezes quando há necessidade disso, são concertadas entre os líderes municipais, e as coisas funcionam todas muito melhor, portanto, Senhor Presidente, faço-lhe este último apelo, sejamos produtivos, adiemos a discussão porque nós temos um regimento a funcionar e temos um acordo sobre aquilo que afeta diretamente o funcionamento da Assembleia que é a questão dos períodos antes da ordem do dia, nas sessões ordinárias, há cinco por ano, só há cinco sessões ordinárias por ano, a maior parte das sessões das Assembleias são extraordinárias.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “Senhor Presidente, já nos conhecemos e acho que a humildade é importante, sermos humildes e sabermos reconhecer que não somos onnipotentes e que não podemos substituir Deus, é importante sabermos reconhecer que não temos o dom da razão.-----

----- Um jovem com catorze anos pode pertencer a uma juventude partidária, mas não pode vir aqui falar, a Greta pode vir falar ao mundo, mas não pode vir falar à Assembleia Municipal de Águeda.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Vou ser muito breve, só para responder aqui a duas questões muito rápidas antes de prosseguir.-----

----- Senhor Deputado Miguel Oliveira, a questão do conteúdo do artigo quinquagésimo quinto, em que diz : - “*o presente regimento entrará em vigor no dia trinta de novembro de 2021.*”, de facto a data foi colocada desta forma, todos nós entendemos porque se pressuponha que fosse aprovado no dia anterior, mas deixe-me que lhe diga, o Senhor disse há pouco que esteve e que entrevistou no grupo de trabalho que reviu o regimento em 2019, e essa é exatamente a mesma menção que está no regimento que foi aprovado em 2019, com uma diferença, é que o dia não foi este, de resto é *ipsis verbis*, há pouco era deselegante para mim, mas o Senhor tocou neste ponto e vejo-me obrigado de alguma forma a responder, assim como a maioria das gralhas do acordo ortográfico, das vírgulas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da pontuação, chamei a mim essa responsabilidade, pedi desculpa e disse que iria retificar, mas na verdade e se tiver o cuidado, sei que o Senhor é meticoloso, cuidadoso, e muito bem o faz, que vai verificar que é exatamente como estou a dizer, ainda assim, isso não desresponsabiliza esta Mesa, jamais, só lhe estou a dizer, porque o Senhor depois, ficava por dizer e perceber que de facto foi isto que aconteceu.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente foi opção do grupo de trabalho, já agora vou-lhe explicar, o Senhor não sabe, fazer, na medida do possível a transcrição dos textos em vigor de lei, sem atenção ao acordo ortográfico em vigor, podia-se escrever ato ou acto, escolheu-se que ficaria acto, e está acto no documento todo, uma coisa que nós não fizemos foi substituir excecional, que está no texto da lei e está no texto do regimento em vigor, por excepcional, que é uma coisa nova, uma inovação que o Senhor lá meteu e que não segue o acordo ortográfico, isso nós não fizemos, portanto os senhores, sim senhor, apararam alguns erros de forma que estavam lá exatamente porque são iguais aquilo que consta na lei, e introduziram novos erros, ganhamos o quê com isso? Zero, o Senhor é que me obrigou a vir aqui dizer isto, o Senhor se quiser conto-lhe quantos erros é que os senhores introduziram, quanto é que tiraram e quantos é que introduziram, até lhe digo que estava como gralha um ponto final a meio de um parágrafo, isso é uma gralha, o Senhor introduz novos erros, mas aquilo que realmente interessa, é saber se o Senhor cria um grupo de trabalho para, de uma vez por todas esclarecermos estas questões como deve ser, que é com calma, estudando, vendo as coisas e tentando procurar entender o outro ou se vamos continuar nisto.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Conforme estava a falar há um bocado, é necessário de facto, ultrapassado o horário permitido pelo regimento, primeiro que tudo é preciso que o Plenário consinta a continuidade destes trabalhos por mais uma hora, essa é a primeira questão que coloco, alguém tem alguma coisa contra? Seja como for, julgo que deveremos, pelo menos, terminar este ponto.

-----Se alguma dúvida tinha, na questão da gestão dos trabalhos desta Assembleia, dissipei-a por completo, de facto, no meu entender, há coisas que têm que ser feitas e tudo vai decorrer exatamente dentro da mesma normalidade e no meu entender estamos aqui a fazer uma tempestade num copo de água em coisas, julgo que não me parece que valem tanto sentido assim. De qualquer das formas, deixem-me só vos dizer o seguinte: - a Mesa reuniu com os líderes municipais, ouviu os líderes dos grupos municipais, levou para a reunião uma versão diferente daquela que apresentou à posterior, cresceu no texto em função daquilo que ouviu dos líderes municipais e que não digam que não é assim, porque de facto o formato não é este, aliás o formato não era este dos tempos de intervenção, o formato de intervenção não era este, foi exatamente isso que fizemos, portanto, ouvimos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

grupos municipais e os grupos municipais disseram exatamente o que é que deveria ser alinhado, o que é que não devia ser alinhado, que não concordavam com este ponto, não concordavam com aquele, e o que a Mesa fez foi exatamente isso, foi criar algo que fosse ao encontro daquilo que seria o justo e o adequado em função daquilo que foi ouvindo, portanto, não faz sentido algum estarmos a criar um grupo de trabalho para poder trabalhar no sentido de quê? Reparem, porque o que aqui está, de facto na verdade que importa é a questão da distribuição dos tempos e a forma como os tempos estão escalonados nos grupos municipais, relativamente aos dez minutos ou aos cinco e às duas intervenções por cada grupo municipal, esta é exatamente a única questão aqui que importa, as outras questões são de menos importância e não digamos o contrário porque é de facto isto, portanto, à exceção do artigo vigésimo primeiro, o número três, que entendemos que será de suprir, ou seja, temos de facto algumas dúvidas e não vale a pena estarmos-nos a debater neste tema, que é a questão do membro da Assembleia se apresente na reunião após a recolha da folha de registo, não pode intervir nem votar dado que falta à reunião, vamos suprir, entendemos a Mesa suprir este ponto deste artigo vigésimo primeiro, em tudo o mais apenas fazer aqui uma outra ressalva e vou ser telegráfico naquilo que vou dizer porque é de facto assim que tem que ser, quais são as alterações em concreto que vamos aqui fazer aos artigos do regimento e vamos colocá-lo à votação, é tão simples quanto isso, portanto os senhores deputados entendam como entenderem, julgo que cumprimos aquilo que devíamos cumprir, portanto vamos aproveitar todo este tempo para não o botar fora.”----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Não sei se estou a entender bem, mas o Senhor acabou de dizer que vai retirar aqui um ponto, que nos vai explicar o que é nós devemos depois votar, não sei se isso chega a nós com dois dias para entendermos se vamos estudar essas alterações todas com profundidade ou não, portanto faço uma proposta já, que seja criado um grupo de trabalho, tal como consta do regimento, para que se ultrapasse esta situação, se limite, se ponha formal, porque qualquer coisa, Senhor Presidente, o Senhor é novo um bocadinho aqui nisto, nesta gestão, o Senhor lembre-se que essa Mesa foi eleita ilegalmente na primeira Assembleia, lembre-se que essa Mesa podia ser demitida e estaríamos aqui hoje repetir as eleições para a Mesa da Assembleia, não o fizemos, não o contestamos, provavelmente seria o resultado o mesmo, mas foi ilegal, e lembre-se que aprovar um regimento assim é ilegal também, e poderemos estar outra vez aqui a discutir outra vez a ilegalidade disto ou não, não vamos por aí Senhor Presidente, não vamos porque defendo e disse-lho lá e acho que já o disse aqui, a figura mais importante tem sido, estive no Alentejo, tive presidentes comunistas, fui perseguido, tive processos em tribunal, estive aqui, tive muitos presidentes de várias áreas, e o lugar mais importante é sem dúvida o do Presidente, e os presidentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que me lembro, estou cá há vinte anos, todos eles, conseguiram com as nossas vezes de mau feitio, com as nossas discussões, outras vezes com brilhantes intervenções, outras vezes, há um bocado estava-se a falar da democracia, meus senhores já saí de Assembleias Municipais às seis da manhã e não foi por isso que as pessoas deixaram de lá estar, já assisti até por acaso, aqui em Águeda, Assembleias Municipais com pessoas de alto nível de capacidade de intervenção cívica profissional, política, Horácio Marçal, Silva Pinto, Augusto Gonçalves, reuniões a acabar às quatro e meia da manhã e ninguém se queixou Senhor Presidente, não vamos por aí, tudo o que nós fizermos, o Deputado Paulo Tomaz disse-o, e bem, estamos a criar problemas onde eles não existem, quando existir, pode ter a certeza, terá o meu apoio e do Grupo do Partido Socialista para lhe dar a palavra da sua decisão na gestão disto, não me lembro, embora sei que no meu grupo fizeram, de críticas aos Presidentes da Assembleia, eles disseram deram-nos menos tempo ou deram-nos mais tempo, não me lembro de críticas objetivas à gestão dos Presidentes da Assembleia, e não eram do PS, portanto, a minha proposta é simples, uma proposta à Mesa, uma proposta à Assembleia, que seja criado um grupo de trabalho para aperfeiçoar, o máximo que se puder, esta proposta que a Mesa já tem, o que já existe, já temos muito material de existência para conseguir fazer alguma coisa, e que sejam aprovados logicamente para efeitos já deliberados hoje, a introdução do ponto dos tempos de intervenção do artigo vinte e quatro que saia já como deliberação, o resto mantemos o regimento atual e vamos trabalhar no futuro e esse grupo de trabalho expurgará o que tiver a expurgar, seguirá a sua orientação, a sua filosofia, há um bocado também estava a ouvi-lo, tem uma linha de pensamento, uma maneira de encarar, é a sua, tem uma certa coerência, tem, posso-lhe dizer que é um bocado tecnicista, é, posso-lhe dizer que mete-lhe muita impressão esta duração toda que nós estamos aqui a ter a discutir isto, mete impressão, mas mais tarde ou mais cedo, tanto o Senhor Presidente, como nós, começaremos a limitar-nos, até por hábito dos dois, as nossas intervenções, agora com um regimento destes ou com um início destes não vamos lá Senhor Presidente, a minha proposta é que seja criado um grupo de trabalho.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “É apresentada a proposta e tenho que a colocar à consideração, não é? Não há outra forma, propostas são sempre produtivas, agora, na verdade quem define sois vós e tenho que colocá-la à discussão e à votação, entretanto decidirão o que entenderem, em face disso pergunto se alguém quer usar da palavra?”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;**-----

----- “Naturalmente, obrigado Dr. Zé Vidal, Senhor Deputado, por ter vindo apresentar aqui a proposta, também o podia ter feito, mas tentei que fosse o Senhor Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Assembleia a perceber que mesmo que o grupo municipal que o apoie lhe dê aqui uma vitória, já leva meia derrota, é que esta Assembleia está dividida e está crispada, e esta Assembleia não é feita por um único movimento ou força política, na realidade também não é por três, portanto Senhor Presidente nós apoiamos esta proposta e vamos votá-la favoravelmente”-----

----- Não havendo mais intervenções relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Vidal, em representação do do Grupo Municipal do Partido Socialista, foi a mesma colocada à votação, **não tendo sido aprovada**, com dezoito votos contra do Grupo Municipal PPD/PSD.MPT, cinco votos a favor do Grupo Municipal do CDS-PP, e nove votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista.-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “A Mesa conversou, e ainda que com esta resposta à votação da proposta do Partido Socialista, **a Mesa decidiu retirar este ponto**, irá prepará-lo e trazê-lo da forma como depois entendermos, depois se verá o método em que o vamos preparar e iremos trazê-lo novamente a esta Assembleia para ser deliberado e votado.-----

----- Atendendo ao avançar da hora, o Presidente da Assembleia colocou à votação dos presentes, continuar ou suspender a sessão, pelo que foi decidido terminar a primeira parte da Assembleia.-----

----- Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspende a primeira reunião da Quarta Sessão Extraordinária, designando para continuação o dia seis de dezembro de 2021, pelas vinte horas e trinta minutos, sendo que desta forma se consideram convocados todos os membros presentes pelo que, pelas zero horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e nove de novembro de 2021, deram-se os trabalhos por encerrados.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Aos seis dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a segunda reunião da Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1.3 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2022; -----

-----1.4 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Revogação da deliberação de 17 de agosto de 2021 e celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 212/2021, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- 1.5 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 175/21, celebrado com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- 1.6 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal sobre transferência de competências de ação social para os órgãos intermunicipais, no ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; -----

----- 1.7 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas Áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social – Proposta de alteração; -----

----- 1.8 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Protocolo para Vacinação contra a Gripe Sazonal 2021-2022; -----

----- 1.9 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Pedido de Reconhecimento de Interesse Público (PRIP), ao abrigo do artigo 17.º do Regulamento do PDM de Águeda - Sosoares - Caixilharias e Vidro S.A, instalações em Fermentelos;-

----- 1.10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, de acordo com o artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, Assunção para: -----

----- 1.10.1 - Aquisição de serviços de manutenção para apoio às aplicações GIB, utilizadas no município de Águeda; -----

----- 1.10.2 - Consulta prévia pelo Acordo Quadro da CIRA para aquisição de energia elétrica em mercado liberalizado para as instalações elétricas (BTN, BTE e MT) do Município de Águeda; -----

----- 1.10.3 - Operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da 3.ª fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e horas e trinta minutos, declarou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aberta a segunda reunião da quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, os funcionários da Autarquia e do Centro de Artes desejando a todos um excelente trabalho.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro:**-----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- **José Filipe de Almeida Pereira** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- **Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Maura Andrea Galhano de Magalhães** – PS;-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- **Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos** - PPD/PSD.MPT;-----

----- **Francisco de Miranda e Cardoso** – PS;-----

----- **Cristina Paula Fernandes da Cruz** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa** – PS;-----

----- **Gabriel Duarte Pires** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Rui Miguel Pires Moreto** – CDS – PP;-----

----- **Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro** – PS;-----

----- **Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Abílio Ferreira Gomes da Silva** – PPD/PSD.MPT; -----

----- **Sara Patrícia Soares Martins** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Gabriel Oliveira Marques Arsénio** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- **Gisela Valente Pinheiro** – PPD/PSD.MPT;-----

----- **Isabel Maria Santiago Ferreira** – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----

----- **Irene Henriques** – Tesoureira da JF de Aguada de Cima; -----

----- **Nuno Gustavo Pimenta Cardoso** – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- **João Marques Pitau** – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- **António de Oliveira Martins** – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

----- **Carlos Miguel Nolasco de Lemos** – PJ de Fermentelos; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** – PJ de Macinhata do Vouga; -----
----- **Sérgio Manuel Santos Duarte** – Tesoureiro da UF de Préstimo e Macieira; -----
----- **Manuel José de Almeida Marques de Campos** – PUF de Recardães e Espinhel; -----
----- **Sérgio Edgar da Costa Neves** – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- **Paulo Jorge Reis Tavares** – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
----- **Luís Filipe Tondela Falcão** – PJ de Valongo do Vouga; -----
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- **Edson Carlos Viegas dos Santos** – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
----- **Marlene Domingues Gaio** – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
----- **Vasco Miguel Rodrigues Oliveira** – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----
----- **Luís Herculano Henriques de Pinho** – PS – Vereador; -----
----- **Daniela Alexandra Pereira Herculano** – PS – Vereadora; -----
----- **Antero Ricardo dos Santos Almeida** – CDS – Vereador. -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
----- O Deputado José Miguel Ramos Tendeiro comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Oliveira Marques Arsénio; a Deputada Ana Miguel Marques Neves dos Santos comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Alexandre Abrantes Marques de Almeida; a Deputada Júlia Maria Pinheiro de Melo comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; o Deputado Jorge Miguel dos Santos Melo comunicou que não poderia estar presente pelo que seria substituído por Sara Patrícia Soares Martins; a Deputada Ana Rita Antunes Pereira também comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Maura Andreia Galhano de Magalhães; o Deputado Paulo Sérgio Gomes Tomaz também comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Francisco de Miranda e Cardoso; Albano Marques de Abrantes, Presidente da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação estaria a Tesoureira, Irene Henriques; o Presidente da União de Freguesia do Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro António Machado Vidal, também comunicou que não poderia estar presente e que em sua representação estaria o Tesoureiro, Sérgio Manuel dos Santos Duarte. -----
----- O Presidente da Mesa da Assembleia recordou que, na anterior reunião desta quarta Sessão Extraordinária, o último ponto discutido foi o ponto 1.2, pelo que se iria passar à discussão, análise e votação do ponto:-----

----- **1.3 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Município de Águeda para o ano de 2022; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Queria pedir licença para um pequeno parêntesis, como foi amplamente noticiado, Águeda foi eleita “Município do Ano 2021”, pelo fórum da UM-Cidades da Universidade do Minho, a entrega desse galardão foi efetuada no Funchal, onde dezenas de presidentes de câmara e outros autarcas de todo o país aguardaram ansiosamente o momento do anúncio da vitória que nos sorriu a nós, Águeda com muito orgulho nosso, que quero partilhar com todos vocês, porque afinal de contas esta construção deste concelho que nos orgulha tanto e sobretudo da atribuição destes prémios têm por base indiscutivelmente isso, esse reconhecimento, um reconhecimento por um fórum afinal de contas liderado pela Universidade do Minho, completamente idónea para poder atribuir estes prémios, portanto estão ali, partilho-os com todos, fiz questão de junto com os prémios do UM-Cidades e do prémio Município do Ano 2021, trazer também o prémio de que somos detentores Livcom Internacional 2019 e que foi um momento altíssimo para este concelho, que dificilmente será igualado, atrevo-me a dizer, e que está ali também como símbolo do nosso orgulho, um orgulho que as nossas terras, as nossas gentes nos permitem efetivamente levar além fronteiras, é isso que temos vindo a fazer também com muita qualidade, obrigado a todos os que colaboram todos os dias para que isto seja possível. É um orgulho, partilho com todos.--

----- Dizia-se aqui há uns tempos quando nós ousamos num mandato, há cinco ou seis anos atrás, dizia-se nesta Assembleia de que fazer um foguete era fácil, mandá-lo ao ar era fácil, mantê-lo lá em cima é que era difícil, e nós estamos aqui pelo sexto ano consecutivo a propor-nos manter esse foguete lá em cima, o foguete de uma fiscalidade baixa, a mais baixa que é possível para as famílias dos residentes em Águeda, nós mantemos efetivamente o mínimo que é possível, portanto não temos possibilidade de baixar seja o que for nos impostos que são aplicados às nossas famílias, o IRS na proporção variável que cabe aos municípios, devolve-mo-lo na íntegra aos contribuintes, o IMI estamos com a taxa mínima zero ponto por três que é possível, não pode ser de maneira nenhuma baixada essa possibilidade, taxas de direitos de passagem, naturalmente que temos a isenção para todas as taxas de direitos de passagem para os nossos munícipes.-----

----- Este é o pacote de fiscalidade dirigido às famílias, que é o mais baixo que é possível estabelecer em Portugal, nós continuamos a manter esse tal foguete lá em cima, com contas perfeitamente sãs e válidas, com os pagamentos perfeitamente em ordem e sobretudo com uma sanidade financeira que é notória e que nos coloca num ranking extremamente bem posicionados no ranking da saúde financeira do nosso concelho.-----

----- Dizer-vos que neste pacote também temos a derrama a um e meio por cento, e lembro aqui que indiscutivelmente a todas as empresas, temos essa noção exata às empresas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

elaboram e existem no nosso concelho, só são pagadoras deste imposto aquelas que apresentam lucros já na sua forma tributável completamente limpos de todas as despesas e a essas pedimos-lhe um e meio por cento. É um imposto também ele importante, mas que nos permite termos toda aquela isenção também dirigida às nossas famílias.-----

----- É com muito gosto sinceramente que lutamos, pelo sexto ano consecutivo, uma vez mais e de forma ininterrupta a mantermos os impostos no mínimo, aqui baixar zero vinte cinco, ou zero cinco por cento, ou um por cento, ou dois por cento, ou três por cento, não se aplica, nós estamos efetivamente no mínimo e isso é indiscutivelmente bom para as nossas famílias, para todos os residentes em Águeda e é indiscutivelmente um fator de atratividade para que se possa viver em Águeda, é essa a nossa proposta.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;**-----

----- “Gostaria de dar os parabéns ao Município pelos prémios que alcançou, mas também não queria deixar de notar que este precedente, que o Senhor Presidente da Câmara abriu, não deve ser um exclusivo dele próprio que é iniciar a introdução de um ponto e falar de um assunto que não tem relação com esse ponto.-----

----- Feito este reparo, vou à matéria que estamos a discutir e que é a fiscalidade.-----

----- Tem sido prática, designadamente pelo Grupo Municipal do PS, mas nós não nos temos oposto, de propor a votação ponto a ponto, uma vez que estamos a falar de taxas e impostos municipais diferentes, acho que se devia fazer essa votação ponto a ponto, não vou fazer a proposta porque já sei qual é o resultado, não vos quero deixar presos a isso e abreviando o CDS defende, desde sempre, que ter uma fiscalidade mais baixa é um elemento importante para afirmação e para a competitividade do Município.-----

----- A fiscalidade mais baixa beneficia as famílias e a economia, favorece a captação de novos residentes e a permanência dos que cá vivem.-----

----- A proposta que temos a debate mantém a fiscalidade nos níveis aprovados desde há sete anos, fez sentido então, quando o país passava pela grave crise que se seguiu à pré banca rota de 2011 e ao resgate da troika, faz sentido agora que estamos em plena crise criada pela pandemia Covid-19, é positivo que se mantenha a redução do IMI para as famílias com crianças a cargo, que é uma medida de elementar justiça, proposta pela primeira vez por mim, enquanto Vereador, e que foi aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal, é positivo que o Município continue a abdicar da sua participação de cinco por cento no IRS, em favor dos munícipes, dando assim pleno uso a uma alteração da lei do IRS, que foi proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS.-----

----- Por isso o Grupo Municipal do CDS saúda o Executivo Municipal por manter este compromisso que foi assumido connosco cidadãos.-----

----- No entanto, volto a referir que há dois pontos nesta proposta que nos merecem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

reservas, continuamos a discordar da majoração do IMI para o triplo, dos prédios considerados devolutos que é claramente desproporcionada, sobretudo quando se tem em conta que a majoração do IMI para os prédios em ruínas é de trinta por cento, e aqui sabemos que existe um problema na própria lei, uma vez que esta majoração se aplica, tanto aos prédios devolutos, como aos prédios degradados, uma coisa e a outra são completamente diferentes, e o impacto urbano de uma coisa e da outra é completamente diferente, sobretudo quando se passou a considerar devoluto um edifício que não tenha gastos de água e de luz ao longo de um ano, isto é uma lei conveniente que todos percebemos que existe para favorecer a cobrança de impostos de outra forma, aqueles que temos que pagar através da conta da água, através da conta de luz, mas o problema fundamental está na desproporção, quem vive na sua casa, imaginemos que paga cem euros, se a casa estiver devoluta durante um ano, passa a pagar trezentos euros, se essa casa for uma ruína, a pessoa não está a viver lá naturalmente porque não pode, mas a majoração é de trinta por cento, é de trinta euros, paga cento e trinta euros de IMI, isto é absurdo.-----

----- Também repito o que temos dito sobre a derrama municipal, a derrama é uma taxa que incide sobre o lucro tributável das empresas, lucro esse sobre o qual já incide o IRC, como disse, e bem, o Senhor Presidente da Câmara. A proposta da Câmara mantém a isenção de derrama para as empresas com volume de negócios, não é com lucros, é com volume de negócios anual inferior a cem mil euros, na nossa opinião, este limite há muito que deveria ser revisto até aos cento e cinquenta mil euros permitido por lei, isto porque estes limites foram estabelecidos há muitos anos, nos últimos dez anos houve uma evolução dos preços, houve uma evolução da economia, houve uma evolução da inflação, o limite de cem mil euros tinha uma bitola há dez anos mais alta do que aquela que tem agora, este limite devia de ser atualizado e nem sequer as Finanças, como diz a proposta, e bem, dão à Câmara informação sobre as taxas cobradas destes valores de à volta de cem mil euros, nem sequer consideram isso relevante, portanto achamos que era altura, este ano pelos vistos não vai ser, mas talvez para o próximo, se aumente o limite de isenção até aos cento e cinquenta mil euros. É certo que para as empresas de grande dimensão o valor da derrama não traz um efeito significativo, mas é um benefício importante para as micro empresas, na sua maioria, as micro empresas são empresas de cariz familiar e com baixo volume de negócios, mas que apesar disso dão um forte contributo para a manutenção das atividades económicas e do emprego, acresce que em grande medida as micro empresas acabam sempre excluídas dos apoios e benefícios criados pelo Estado e mesmo pelo Município, benefícios esses que tendem a ser inteiramente absorvidos pelas empresas maiores. Por outro lado o aumento do valor de isenção da derrama constitui uma forma de alargar a todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o concelho, um apoio efetivo às empresas que não estão legalizadas na cidade e não são favorecidas pelas realizações levadas a cabo pela Câmara Municipal ao longo do ano, daí voltarmos a insistir que alargar a isenção de derrama para todas as empresas com volume de negócios, não é com lucros, é volume de negócios até cento e cinquenta mil euros seria um incentivo sempre importante e faz ainda mais sentido agora, num contexto da pandemia Covid-19. -----

----- Pesa embora estas reservas, entendemos que a proposta de Fiscalidade Municipal para o ano 2022, é globalmente positiva.”-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “ Deixe-me só dizer que quanto ao início da sua intervenção, a Mesa entende que não se tratou de um precedente a intervenção do Senhor Presidente, era algo perfeitamente exetável, e não foi para além de um agradecimento a todos vós, julgo que não tem propriamente nada que abra aqui precedente, em todo o caso a Mesa estará sempre atenta.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;**-----

----- “Começo também por felicitar a Câmara Municipal e todos enfim, pelos prémios que foram obtidos, os prémios, nós uma Autarquia não se orienta para ganhar só prémios, mas certamente que os prémios corresponderão pelo menos a qualquer coisa, e sendo um prémio é sempre positivo. -----

----- Em relação ao Senhor Presidente da Assembleia, há um bocado, quando abriu a sessão, era isso que lhe ia solicitar, nós por norma aqui, quando começamos qualquer ponto da ordem de trabalhos é o Senhor Presidente da Câmara que o apresenta, às vezes não tem nada a dizer, às vezes explica o que é que pretende e depois inicia-se então futuramente, foi o que aconteceu agora, mas era só para lembrar isso.-----

----- Em relação a esta questão da Fiscalidade, Águeda está nos mínimos, o Partido Socialista concorda com esta situação, tal como concorda que a Derrama sendo o que é, que é sobre o lucro das empresas, deve reverter, na nossa posição, para o Município, porque achamos que o Município tem capacidade de redistribuição melhor, do que esse lucro ser aplicado na criação do emprego, reparem que em um milhão de euros de lucro seria quinze mil euros, ninguém vai criar um emprego com quinze mil euros, mas no entanto esses quinze mil euros no Município podem ser redistribuídos em ação, informação, em ação social, portanto é uma forma de redistribuição para um município que tenha essa capacidade, tenha essa sensibilidade para a área social, por exemplo, ou seja sério a esse tipo, portanto o Partido Socialista concorda com esta proposta, no entanto lembra, que já aqui membros do Partido Socialista anteriormente levantaram esta questão que o Miguel Oliveira acabou de levantar, que é esta questão da passagem dos cem mil para os cento e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cinquenta mil, que é uma situação que acho que deve ser pensada pelo Município, pelo Executivo, pelos Senhores Vereadores, num próximo ano, já não será neste, mais, alerta que esta devolução que é feita dos zero ponto cinco do IRS, à partida concordamos todos, até ao momento em que pensarmos que a maior parte das pessoas sem rendimentos não beneficia dela porque não paga IRS, portanto nós estamos a favorecer sempre quem ganha mais, quando uma autarquia prescinde de uma receita que é de todos e que pode ser redistribuída pelo Município para todos, e estarmos a prescindir para alguns só, ainda por cima para aqueles que ganham mais, alguma coisa terá que ser pensada, daí que as medidas serem de sete anos, não quer dizer que sejam para sempre, deve ser pensado.-----

----- Em relação a esta questão da Fiscalidade, lembramos no outro dia, numa reunião que tivemos do direito da oposição, de investimentos que podem ser feitos, de necessidades que há, e lembro que se a taxa aqui fosse zero ponto um, eram quatrocentos mil euros que a Autarquia adquiriria para redistribuir de forma social, por exemplo no apoio às famílias, etc, etc, etc. Esta questão da Fiscalidade não assume menos importância do que o Orçamento e ao Plano.-----

----- O Partido Socialista irá votar favoravelmente este ano, mas iremos certamente refletir nestes dois ou três pontos que aqui foram levantados para uma próxima oportunidade.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – PPD/PSD.MPT;-----

----- “Antes de mais congratulo-me pelo facto de num tema tão sensível quanto a fiscalidade, que tem um impacto tão direto e poucas medidas terão um impacto tão direto nos cidadãos e dos nossos municípios quanto um pacote de fiscalidade para um ano que aí vem, e congratulo-me em que na substância estamos praticamente todos de acordo em relação ao impacto que isto vai ter e nas linhas gerais da mesma.-----

----- Não vou repetir o que o Senhor Presidente falou existem aqui medidas que efetivamente, nomeadamente o IMI, que se refletem numa quebra de receita, obviamente poderia ser utilizada noutras coisas pelo nosso Município, mas também entendemos que em tempos tão dúbios, tão incertos, que não sabemos aquilo que nos espera para o próximo ano, nada mais nos restaria e era nossa obrigação, enquanto Autarquia, do que continuar com medidas que tornem a vida das pessoas mais fácil e que as ajude também a ultrapassar isto, desde o comércio, ao simples cidadão, e que o próximo ano possa ser mais fácil, sabemos que a carga fiscal, num país como o nosso, Portugal, é extremamente pesada e isso tem sido um dos grandes problemas, dos grandes entraves à economia e à nossa vida particular.-----

----- Em relação aquilo que o Miguel falou, de ser votado em separado ou não, para mim um pacote de fiscalidade é como um todo, para mim, para nós, no entender do Grupo Municipal, é visto como um todo e é difícil para nós dissociarmos umas coisas das outras, porque ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mexermos num lado vamos afetar o outro, e nós temos uma visão global para este pacote, obviamente vamos votar favoravelmente a esta proposta da fiscalidade e revemo-nos inteiramente nela.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente, só para dar um pequeno esclarecimento e para que não fique aqui a dúvida, o Deputado Miguel Oliveira fala, e muito bem, que esta majoração do IMI aos prédios degradados versus devolutos parece que é feita quase ao contrário, faria muito mais sentido aplicarmos um agravamento maior aos prédio degradados do que aos apenas devolutos, mas o que é certo é que é o Código do IMI que nos permite fazer isto desta maneira e não de outra, portanto que fique absolutamente claro, esse entendimento nós temo-lo, faria todo o sentido.”-----

----- Uma nota também que é importante percebermos, é que a devolução dos cinco por cento, que caberiam à Autarquia, do IRS, é feita a cada contribuinte de IRS, portanto é a esses que a devolvemos, por isso é que se diz que é a devolução dos cinco por cento de IRS e que se faz em sede de demonstração de IRS onde é possível qualquer contribuinte perceber e ver uma linha que lá aparece que diz, benefício municipal.”-----

----- Já agora queria também dizer que num Município como o nosso onde temos disponíveis todas e as variadas formas de apoios a todos aqueles que necessitam efetivamente de apoio, era interessante também darmos este sinal aqueles que afinal de contas são todos os que pagam impostos, e é isso que estamos a fazer, é aqui que estamos a dizer, é bom pagar impostos em Águeda, porque afinal de contas pagamos menos.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Fiscalidade do Município de Águeda para o ano de 2022.”-----

-----**1.4 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Revogação da deliberação de 17 de agosto de 2021 e celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 212/2021, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro em 2021;** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se de uma solicitação da Junta de Freguesia de Aguada de Cima, que a exemplo do que aconteceu já várias vezes com outras juntas de freguesia, nos vem pedir para alterarmos o objeto, no fundo, da comparticipação financeira prevista nos apoios celebrados entre o Município e a Junta de Freguesia para financiamento, neste caso de obras.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aprovou por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de Revogação da deliberação de 17 de agosto de 2021 e celebração de adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 212/2021, celebrado entre o Município e a Junta de Freguesia de Aguada de Cima, para atribuição de apoio financeiro em 2021.-----

----- 1.5 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 175/21, celebrado com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Senhor Presidente, para dizer que é algo semelhante, naturalmente os objetos é que são diferentes, mas exatamente semelhante ao ponto anterior.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 175/21, celebrado com a Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, para atribuição de apoio financeiro em 2021; -----

----- 1.6 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal sobre transferência de competências de ação social para os órgãos intermunicipais, no ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto; -----

----- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

----- “A Lei-Quadro que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social é a Lei n.º 50/2018, e já saiu em agosto, como é do conhecimento de todos nós, depois, em doze de agosto de 2020 é publicado o Decreto-Lei 55/2020, no qual são definidos os termos de transferência dessas mesmas competências, mais recentemente, em outubro deste ano, o Despacho n.º 9817-A/2021, estabelece que estas competências se consideram transferidas para as autarquias locais, a partir de um de abril de 2022.-----

----- Assim sendo, até trinta e um de março de 2022, já não resta muito tempo para preparar este processo.-----

----- A ação social é para nós uma área sensível e preocupa-nos bastante, principalmente porque é necessário garantir a ação social em todas as freguesias do concelho de Águeda com equidade e numa lógica de intervenção social de proximidade.-----

----- Gostaríamos que o Senhor Presidente partilhasse connosco, se possível, o ponto de situação nesta matéria, nomeadamente se já existe Carta Social Municipal? Que diligências é que já foram feitas? E qual a estratégia do Município para esta transferência de competências da área social.”-----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “O objeto desta deliberação tem a ver com a não solução destas competências pelos órgãos intermunicipais, ou seja, pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, até trinta e um de março, porque efetivamente, segundo o último despacho, essa a solução de responsabilidades será automática a partir de um de abril, com estas questões das eleições marcadas para trinta de janeiro, com uma indefinição grande relativamente ao pacote financeiro associado a estas questões, que não foi meramente negociado, há umas indicações que primeiro se verificou que eram erradas numa primeira abordagem que foi feitas com os nossos serviços, quando nós reclamamos vieram-nos agora dar outros naturalmente não nos vêm capacitar devidamente como nós entenderíamos, e porque percebemos que há aqui todo um diálogo que é preciso estabelecer, nomeadamente com os serviços da segurança social, a lei diz que será a um de abril, sinceramente tenho as minhas dúvidas, e também não tenho dúvidas nenhuma que ninguém vai assumir isso antes das eleições, parece que estamos todos de acordo relativamente a essa matéria.-----

----- Quanto ao resto, naturalmente estamos a capacitar-nos para tomarmos em mãos esta nova competência descentralizada, que se não for em um de abril, estou ciente que será mais adiante, agora, aquilo que nos preocupa verdadeiramente é a capacitação financeira dos municípios com esta nova responsabilidade.-----

----- Hoje, curiosamente estivemos a ver aquilo que se passa com a descentralização da educação no nosso concelho e que nós fomos um dos municípios piloto e posso-vos dizer que o município está a colocar muito de seu na educação, mas muito, e curiosamente temos algumas contas acertar, que já deviam estar certas, até porque há um reconhecimento da dívida por parte da própria Secretaria de Estado, portanto, estas coisas acho que são importante que sejam tratadas e devidamente tratadas para que não venhamos a correr o risco de tornarmos completamente insustentáveis os municípios com as competências que até agora eram do Governo, portanto esta competência financeira e o pacote associado é bastante importante e preocupa muito os autarcas de todo o país, nós estamos perfeitamente alinhados com isso, e quanto ao resto, nós estamos demasiado preocupados por uma razão muito simples, parece-nos por demais evidente que nas competências que vêm do Estado Central para os municípios, os municípios têm-se vindo a revelar sistematicamente mais capazes de fazer mais com o mesmo.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal sobre transferência de competências de ação social para os órgãos intermunicipais, no ano de 2021, no âmbito do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;-----

----- **1.7 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal para Programa Municipal**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Apoio Extraordinário e Temporário nas Áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social – Proposta de alteração; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “ Muito rapidamente Senhor Presidente, esta proposta extraordinário e temporário nas áreas da educação, juventude, desporto, cultura e ação social, já foi aprovado na Câmara Municipal, no dia doze de agosto, só agora é possível trazê-lo a esta Assembleia, correram pelo meio as eleições autárquicas, como todos se lembram, e naturalmente que se trata de um instrumento que precisamos urgentemente para apoiarmos extraordinariamente todo este movimento cultural, associativo e desportivo do concelho.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal para Programa Municipal de Apoio Extraordinário e Temporário nas Áreas da Educação, Juventude, Desporto, Cultura e Ação Social – Proposta de alteração.-----

----- 1.8 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Protocolo para Vacinação contra a Gripe Sazonal 2021-2022; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se de um protocolo a celebrar com as farmácias, para apoiarmos a vacinação à gripe sazonal, no fundo com os nossos serviços muito empenhados na vacinação Covid-19 e em todas as outras ações, pretendemos com esta medida aliviarmos um pouco os serviços de saúde e deitarmos mão de uma força, diria que muito disponível e muito próxima dos cidadãos, que são as farmácias, portanto, aqui propomos que a Câmara pague dois euros e meio por cada aplicação de cada vacina, que é gratuita a vacina, nós, a Câmara Municipal torna todo o processo também aqui gratuito, participando com dois euros e meio para esta vacinação nas farmácias.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de Protocolo para Vacinação contra a Gripe Sazonal 2021-2022; -----

----- 1.9 - Análise e votação da proposta da Câmara Municipal de Pedido de Reconhecimento de Interesse Público (PRIP), ao abrigo do artigo 17.º do Regulamento do PDM de Águeda - Sosoares - Caixilharias e Vidro S.A, instalações em Fermentelos;-

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se de assunto amplamente discutido nomeadamente na Assembleia de Freguesia de Fermentelos, muito mais próxima, trata-se da necessidade da desafetação de um caminho e reperfilar esse caminho, não há, indiscutivelmente, nenhum prejuízo para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

público e há indiscutivelmente um grande investimento que possibilitamos que seja feito no nosso concelho.”-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas** – PS;-----

----- “É com muito orgulho que ouvimos falar de Fermentelos, pena que não possamos falar de estradas, mas falamos de uma empresa que faz parte da Freguesia.”-----

----- Peço desculpa da minha ignorância, sou novo aqui, e gostaria de colocar algumas questões só, no sentido de perceber, dado ser uma empresa uma empresa do Porto e não ser uma empresa sediada em Águeda, se a Derrama é paga aqui ou no Porto?-----

----- Quais os mecanismos que a Câmara criou para garantir que o aumento dos postos de trabalho exetáveis e relatados no dossier, que tivemos oportunidade de ler, se serão residentes no concelho ou de outros concelhos?-----

----- Qual a tipologia da indústria, um ou três? Dado que ela está a quinhentos metros da Pateira, a Pateira é muito importante para o nosso concelho, portanto se houver avaliação de impacto ambiental seria importante nós termos esse conhecimento.”-----

----- Também me deu oportunidade de ver, que nas plantas que nos foram enviadas, que a sua distância à floresta à inferior a cinquenta metros e que deviam ser garantidos de acordo com o Decreto-Lei nº.14/2019.”-----

----- São só umas questões.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Trata-se de uma empresa efetivamente, todo o processo demonstra a amplitude do investimento que se propõe a fazer em Fermentelos, no nosso concelho e não sei responder-lhe se os funcionários desta empresa são todos de Águeda ou se serão também alguns de outros concelhos, penso que sim, é muito provável que aconteça, acontece praticamente em todas as empresas do concelho, quero-lhe dizer que esta empresa, da forma como está o projeto, não vai ser preciso estudo de impacto ambiental, não atinge esses parâmetros, e quero-lhe também dizer que vai ser objeto de licenciamento e vai ter que cumprir com tudo o que a legislação aplica nestas coisas, agora há uma coisa que nós sabemos, e é isso que veio aqui, é muito bom para o nosso concelho que seja feito um investimento desta dimensão por uma empresa que tem a sua sede social no Porto, mas com toda a certeza vai criar aqui uma nova empresa que esperamos que possa ser sediada em Águeda, e isto indiscutivelmente é disto que a nossa terra vive.”-----

----- **Olivia de Sousa Passos** – CDS – PP;-----

----- “Só queria fazer uma pergunta, se o projeto desta empresa ainda está para ser aprovado, como é que o Senhor Presidente afirma de forma tão objetiva e tão forte de que não vai ser sujeita a análise de impacto ambiental? E porquê?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Senhor Presidente não me quero enganar, prometo que envio à Dr^a. Olivia Passos informação pormenorizada sobre o projeto, sem problemas.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com nove abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, a proposta da Câmara Municipal de Pedido de Reconhecimento de Interesse Público (PRIP), ao abrigo do artigo 17.º do Regulamento do PDM de Águeda - Sosoares - Caixilharias e Vidro S.A, instalações em Fermentelos.-----

----- **1.10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização Prévia de Compromissos Plurianuais, de acordo com o artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, Assunção para:** -----

----- **1.10.1 - Aquisição de serviços de manutenção para apoio às aplicações GIB, utilizadas no município de Águeda;** -----

----- **1.10.2 - Consulta prévia pelo Acordo Quadro da CIRA para aquisição de energia elétrica em mercado liberalizado para as instalações elétricas (BTN, BTE e MT) do Município de Águeda;** -----

----- **1.10.3 - Operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da 3.ª fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública.**-----

----- **José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;**-----

----- “Julgo que, atendendo à diversidade das matérias deveremos discutir o ponto um por um e também submetê-lo a votação da mesma forma, alguém se opõe? Não.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente;** -----

-----“ Senhor Presidente, trata-se de um pedido de autorização prévia para compromissos plurianuais, um para a manutenção de uma série de aplicações com que funcionam os serviços municipais, LIBWEAR – Tecnologias de Informação, Limitada, que é detentora da marca GIB e desses produtos, que é a única entidade capaz de dar suporte a essas aplicações instaladas, garantindo assim o funcionamento dessas aplicações e das alterações necessárias, trata-se do montante de trinta e seis mil quatrocentos e trinta e oito euros e setenta e cinco cêntimos, a dividir pelo ano de 2021, 2022 e 2023.-----

----- O segundo ponto tem a ver com a aquisição de energia elétrica em mercado liberalizado para todas as instalações elétricas do Município de Águeda, e aqui de uma forma completamente alinhada com todos os municípios da Comunidade Intermunicipal, os onze municípios, estamos aqui a fazer efetivamente esta proposta de tentativa de negócio, chamemos-lhe assim, para dois anos, 2022 e 2023, e aqui terão, dividido pelos dois anos, um montante de mais de três milhões e meio de euros, portanto também aqui esta despesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

plurianual.-----

----- O último ponto tem a ver com uma operação de financiamento por locação financeira de *leasing*, para aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da terceira fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública, ou seja, o Fundo Ambiental comparticipa com a aquisição de duas viaturas, mas tem que ser por este sistema de *leasing*, não pode ser de outra forma, é a primeira vez, que me lembre, que a Câmara Municipal recorre a este sistema e como é uma operação de *leasing*, vai ter implicações financeiras nos vários anos, o valor total destas duas viaturas, cinquenta e oito mil setecentos e trinta e sete ponto zero quatro, volto a dizer que trata-se de um financiamento assegurado através do Fundo Ambiental.-----

----- Já agora uma nota, a aquisição desta duas viaturas leva ao abate de duas, neste caso a combustão.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Uma nota introdutória para dizer que, habitualmente fazemos este debate das propostas em conjunto, naturalmente com as limitações que estão propostas para o regimento desta Assembleia, terá de ser feito de uma outra forma, porque hoje temos três pontos, mas amanhã podemos ter vinte, e naturalmente o debate deve fazer-se para esclarecimento das pessoas e não apenas para cumprir o mínimo legal. Chamo a atenção portanto que, estamos a fazer bem como temos feito, o debate de todos os assuntos englobados nas autorizações de despesa plurianual, porque neste momento cada deputado municipal tem quinze minutos para usar da palavra e depois, na vez seguinte, para voltar a usar da palavra, tendo em conta as respostas que forem dadas pelo Senhor Presidente, isto dá-nos uma latitude para tratar dos assuntos de uma forma continuada como vou fazer esperando conseguir respeitar o tempo.-----

----- Pela primeira vez, neste novo mandato, a Assembleia é chamada a conceder autorização prévia de realização de despesas plurianuais para a contratação de serviços.

----- Não vou citar leis, já fiz isso mais do que uma vez, vou dar apenas uma explicação simples sobre qual é o nosso entendimento, uma vez que há muitos membros da Assembleia novos, penso que devemos justificar a forma como encaramos estas questões.--

----- O nosso comum entendimento continua a ser o que sempre foi, a lei diz que compete à Câmara a decisão de contratar, a fundamentação da decisão de contratar, a decisão de escolha de procedimento, a fundamentação da escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento e a designação do júri ou dos responsáveis do procedimento, tudo isto compete à Câmara Municipal.-----

----- À Assembleia compete autorizar a realização da despesa plurianual, naturalmente quando a despesa prevista no contrato é para ser repartida por vários anos, sendo certo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGÜEDA

o chumbo da autorização da despesa implica o chumbo da proposta de contratação, tal como ela nos é apresentada, portanto a Assembleia não dá autorização prévia, equivale ao chumbo da proposta.-----

----- À Assembleia não compete apenas autorizar a realização da despesa plurianual de acordo com a lei que vem repetidamente citada nas propostas, à Assembleia compete também acompanhar e fiscalizar a atividade do Executivo, logo na nossa opinião, não nos podemos demitir de apreciar o mérito e a conformidade das propostas, mesmo que elas só venham à Assembleia pela obrigação legal que decorre da despesa ser repartida por vários anos, aliás, é só no âmbito desta autorização prévia que a Assembleia tem a possibilidade de se pronunciar de forma eficaz, sobre o mérito e a conformidade das propostas de contratação, visto que a não autorização da Assembleia implica o chumbo da proposta de contratação nos termos em que a Câmara a aprovou.-----

----- Em termos de eficiência, de eficácia, de economia e de transparência, o que faz sentido é que a Câmara aprove uma única proposta completa, que contenha toda a informação necessária para a concretização de procedimento de contratação, como se fazia aqui há uns anos, uma vez concedida autorização pela Assembleia, o procedimento pode avançar imediatamente.-----

----- Não faz sentido que a Câmara, por rotina, tenha de apreciar, pelo menos duas propostas para o mesmo fim, uma em que pede à Assembleia para autorização prévia para a realização da despesa plurianual e oculta os detalhes do procedimento, outra, posterior, em que detalha os elementos necessários do procedimento, mas que é apreciada apenas pela Câmara, na nossa opinião, isso só faz sentido se a intenção for omitir à Assembleia os detalhes do procedimento, e não estou a falar aqui de juízos morais, estou a falar de lógica.-----

----- No que respeita à aquisição de serviços de manutenção para apoio às aplicações GIB, a proposta não fundamenta a decisão de contratar, nem a decisão de escolha do procedimento, nos termos do Código dos Contratos Públicos, não vem acompanhada de caderno de encargos que detalhe as especificações técnicas e jurídicas do contrato, nem menciona se as propostas de autorização de despesa respeitam os limites de gastos legais, e ficamos sem saber se esses limites são cumpridos, ou se os gastos se enquadram numa das exclusões que a própria lei permite, ou se quer se foi verificada a conformidade da proposta com as disposições legais aplicáveis.-----

-----No que respeita à aquisição de energia elétrica, temos as mesmas preocupações gerais, sobretudo porque a proposta também não demonstra que são cumpridos os limites estabelecidos para os procedimentos de contratação por consulta prévia, não demonstra como foi determinado o preço do contrato, não informa qual a vantagem económica que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

advirá para o Município da concretização deste contrato, para além de ser também omissa no que respeita aos aspetos essenciais do Acordo Quadro da CIRA que nós desconhecemos.-----

----- Como os membros da Assembleia Municipal não vêm aqui votar, vêm deliberar, e votar e deliberar são coisas completamente diferentes, um é um instrumento, o outro, o voto é a forma pelo qual a Assembleia toma deliberações, mas deliberar significa uma decisão consciente e ponderada com base em informação sobre um assunto, e nós não temos, na informação que nos foi enviada, informação suficiente para podermos deliberar sobre estes assuntos.-----

----- É esta a nossa opinião, sabemos que há opiniões diferentes, mas a nossa é esta.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “É o entendimento do Dr. Miguel Oliveira, já expresso noutras situações, e nós noutras situações também, já tivemos o cuidado de lhe enviar os pareceres a dizer exatamente o contrário, portanto que não é assim, e que naturalmente não estamos aqui a escamotear qualquer tipo de informação porque o papel fiscalizador da Assembleia mantém-se absolutamente intocável, portanto a todo o tempo poderão fazê-lo, agora, até por similitude, nós podemos aqui dizer uma coisa muito simples, quando a Câmara, estou-me a lembrar do parecer que então juntamos e nos pareceu a todos muito bem fundamentado, quando a Câmara traz a este órgão para aprovação o Orçamento e o Plano de Atividades para o ano, não traz em todas aquelas verbas os correspondentes cadernos e encargos e todas as justificações de que fala o Miguel Oliveira, portanto o papel mantém-se absolutamente inalterado, diria que, a exemplo do que aconteceu noutras circunstâncias exatamente com as mesmas questões levantadas pelo Dr. Miguel Oliveira, estamos completamente tranquilos e muito à vontade para prosseguirmos com o ponto para que seja votado desta mesma forma.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS – PP;-----

----- “Senhor Presidente, há pareceres para todos os gostos, porque habitualmente as pessoas pedem pareceres a quem sabem que devem pedir, e portanto, como dizia um seu antecessor, quando pede um parecer já sabe o que ele vai dizer, não estou a dizer que foi o seu caso.-----

----- A comparação com o Orçamento não faz sentido nenhum, se o fizesse, a lei que foi feita durante o período da troika, foi mantida depois da troika sair de Portugal pela maioria que então existia, e ao fim de seis anos de maioria de esquerda se mantém exatamente como está, tinha sido alterada, e então, em vez de estar a trazer aqui estas propostas, aquilo que os senhores faziam era uma revisão orçamental, metiam lá os assuntos com a distribuição plurianual e estava feito.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não, aqui estamos a falar de propostas concretas, para aquisição de serviços concretos, por entidades concretas que existem umas por ajuste direto, outras por qualificação prévia, outras por consulta prévia, outras ao abrigo de acordos quadro, enfim, dentro de toda a multiplicidade de formas de contratação que o Código dos Contratos Públicos permite, não tem nada a ver uma coisa com a outra, existe uma razão para o legislador ter fixado na lei a vinda à Assembleia da autorização da assunção de compromissos plurianuais que antes não existia, e a reforçar o poder fiscalizador da Assembleia sobre este género de contratações, não é outra, o objetivo é reforçar os poderes de fiscalização de acompanhamento das assembleias daquilo que se passa nos executivos, e isto porquê? Porque cada vez que há uma proposta que está mal, que não está bem feita em termos de conformidade legal, isso cria azo para que os concorrentes, num concurso público, por exemplo, façam impugnações, criem problemas que entravam os próprios procedimentos, há concursos públicos que são feitos mas depois são contestados e nunca mais começam a obra porque está atrasada a decisão judicial sobre o problema. Ora, se em vez de termos sete olhos, mais de alguns funcionários, a olhar para as propostas, tivermos toda esta Assembleia capacitada em olhar para as propostas e encontrar problemas, elas podem ser corrigidas antes que os problemas ocorram, e se não o fizermos, estamos a confiar na sorte, portanto, volto a reforçar, sei que há vários entendimentos sobre isto, para nós o mais fácil era exatamente seguir o entendimento que nos foi transmitido em parecer jurídico, os senhores só têm que autorizar a despesa plurianual, agora vou fazer uma pergunta muito simples, porque alguém havia de não autorizar uma despesa plurianual? Se fosse assim era automático, é que evidente que se for receber uma proposta de despesa plurianual apara a contratação de um serviço que é completamente inútil ou abstruso, olho para a proposta e avalio o mérito dessa proposta, este serviço não faz sentido nenhum, então não vou aprovar a proposta, não por causa da despesa ser muito alta, que até pode ser uma despesa muito baixa ,ou de ser plurianual, é porque o serviço não faz sentido ser prestado, isto são considerações que nós deputados municipais temos de fazer porque tem a ver com o mérito das propostas, portanto, uma coisa tem a ver com a conformidade das propostas e outra coisa tem a ver com o seu mérito, e nós tendo a competência fiscalizadora e de acompanhamento que temos, não nos podemos demitir dessa responsabilidade.”-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal** – PS;-----

----- “Em relação a este ponto, já das outras vezes assisti a algumas intervenções, pelo Águeda TV, do Deputado Miguel Oliveira, sobre esta questão, francamente não sei o que é que diz a lei neste âmbito e gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, era a questão do parecer, agora que me parece que ele tem alguma razoabilidade ... económicas para cabimentar, então aprovamos sempre e a partir daí não temos mais nada a ver com este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

tipo de concurso.-----

----- Aqui só queria, não sei se está na proposta, se estiver peço já desculpa, mas pode ter presente, em relação ao ponto um dez dois, sobre consulta Acordo Quadro da CIRA, gostaria de saber qual é o valor atual de despesa do contrato atual que nós temos em relação aquele contrato que está a ser pedido no âmbito da CIRA?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

----- “Reitero tudo o que disse, volto a dizer que este assunto foi amplamente debatido noutras alturas no mandato anterior, portanto, que saiba, nada mudou desde então.-----

----- Relativamente à pergunta que foi feita no âmbito do montante destas questões, naturalmente que estamos a colocar aqui um preço mais elevado, toda a gente sabe que o valor da energia subiu e naturalmente que estamos a fazer isto, tal como disse no início, absolutamente concertados os onze municípios da Comunidade Intermunicipal, o que estamos aqui a fazer, está a ser feito rigorosamente idêntico em cada um dos municípios, temos uma versão alternativa que provavelmente é por onde teremos que seguir, caso não haja respostas de potenciais interessados em vender energia nestes casos e que será ir pelo mercado regulado, que é a alternativa seguinte, e que poderá indiscutivelmente manter os preços em valores aceitáveis, esta é a estratégia que foi definida por todos, vamos fazer este primeiro passo e depois ver se podemos ou não ter que fazer o segundo.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 1.10 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o ponto 1.10.1 , tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por maioria**, com cinco votos contra do Grupo Municipal do CDS e oito abstenções do Grupo Municipal do PS a proposta da Câmara Municipal para aquisição de serviços de manutenção para apoio às aplicações GIB, utilizadas no município de Águeda.-----

----- 1.10.2 - Consulta prévia pelo Acordo Quadro da CIRA para aquisição de energia elétrica em mercado liberalizado para as instalações elétricas (BTN, BTE e MT) do Município de Águeda; -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o ponto acima referido, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou **aprovar por maioria** com cinco abstenções do Grupo Municipal do CDS e nove abstenções do Grupo Municipal do PS.-----

----- 1.10.3 - Operação de financiamento por locação financeira (leasing) para aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da 3.ª fase do programa de apoio à mobilidade elétrica na administração pública.-----

----- Colocado à votação o ponto 1.10.3 da ordem de trabalhos, verificou-se que a Assembleia deliberou **aprovar por maioria**, com cinco abstenções do Grupo Municipal do CDS e uma abstenção do Grupo Municipal do PS.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas vinte e duas horas e um minuto, do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: